

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSO DE GRADUAÇÃO
E OS PROCEDIMENTOS DE QUALIFICAÇÃO DOS
ACERVOS EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE
ENSINO SUPERIOR**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Regycléia Botelho Cutrim Alves

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSO DE GRADUAÇÃO E OS PROCEDIMENTOS DE QUALIFICAÇÃO DOS ACERVOS EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

Regycléia Botelho Cutrim Alves

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico do
Programa de Pós-Graduação em Administração, Área de
Concentração em Gestão de Organizações, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Administração.**

Vitor Francisco Schuch Júnior

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Administração**

A Comissão Examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação de Mestrado

**AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSO DE GRADUAÇÃO E OS
PROCEDIMENTOS DE QUALIFICAÇÃO DOS ACERVOS EM UMA
INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR**

Elaborada por
Regycléia Botelho Cutrim Alves

**Como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em
Administração**

Comissão Examinadora

**Vitor Francisco Schuch Júnior, Dr.
(Presidente/Orientador)**

**Sergio Rossi Madruga, Dr. (UFSM)
Examinador**

**Vania Medianeira Flores Costa, Dra. (UFSM)
Examinador**

**Marcelo Trevisan, Dr. (UFSM)
Examinador/Suplente**

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

A Deus, pai eterno.

AGRADECIMENTOS

Aos familiares que são a base de toda minha fortaleza, em especial a minha mãe e irmã, que são mães da minha filha nos momentos de ausência.

A minha filha Mariana que em seus poucos anos sabe compreender as buscas pessoais de sua mãe, a seu carinhoso sorriso e amoroso abraço.

Ao meu orientador Professor Dr. Victor Francisco Schuch Junior pelo apoio incondicional e aprendizado proporcionado com dedicação e competência.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em especial ao estimado Coordenador Dr. Breno Augusto Diniz, pelo incentivo na realização deste projeto profissional.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e aos setores e servidores que permitiram a realização desta pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA), pelo apoio.

Às colegas e bibliotecárias Maria Rosivalda Pereira e Maria da Conceição Pereira de Sousa, pela convivência e força.

Aos amigos que surgiram durante o mestrado e contribuíram no amadurecimento e finalização desta pesquisa.

Aos colegas de turma que integram a conquista deste Mestrado em Administração da UFMA.

“Se queres conhecer o passado, examina o presente que é o resultado; se queres conhecer o futuro, examina o presente que é a causa.”

Confúcio

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Santa Maria

AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSO DE GRADUAÇÃO E OS PROCEDIMENTOS DE QUALIFICAÇÃO DOS ACERVOS EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

AUTORA: REGYCLÉIA BOTELHO CUTRIM ALVES
ORIENTADOR: Prof^o. Dr^o. VITOR FRANCISCO SCHUCH JUNIOR
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 11 de setembro de 2014.

Analisa os procedimentos dos cursos de graduação com a biblioteca em função da qualificação dos acervos na Avaliação Externa. Utiliza como referencial teórico o marco regulatório do ensino superior e a legislação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, em particular o processo de avaliação externa de curso. O instrumental desenvolvido pelo INEP no processo de avaliação externa, os indicadores e os conceitos são as referências utilizadas para identificar os procedimentos necessários para o alcance do conceito satisfatório. A metodologia utilizada é o estudo de caso, caracterizada como um estudo quanti-qualitativo. Como técnica de coleta de dados qualitativa, são utilizadas a análise documental dos relatórios de avaliação dos cursos nos últimos três anos por renovação de reconhecimento e entrevistas com os sujeitos da pesquisa; e para a coleta quantitativa de dados, utilizaram-se questionários, que foram aplicados à população representada pelos professores da IFES pesquisada. Conclui-se que os procedimentos adotados pelos cursos de graduação da IFES são desenvolvidos de modo independente em cada departamento, de forma que existem lacunas a serem sanadas em três dos cursos pesquisados para o alcance da qualificação dos cursos. Por outro lado, quando existe a integração entre os cursos e a biblioteca, a qualificação do acervo e sua avaliação alcançam conceitos satisfatórios na avaliação da instituição e do INEP.

Palavras-chave: Bibliotecas Universitárias. Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Avaliação de Curso.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Administration Post-Graduation Program
Universidade Federal de Santa Maria

EXTERNAL EVALUATION OF GRADUATION COURSES AND PROCEDURES FOR COLLECTIONS QUALIFICATION IN A FEDERAL HIGHER EDUCATION INSTITUTION

AUTHOR: REGYCLEIA BOTELHO CUTRIM ALVES
ADVISOR: Ph.D. Professor VITOR FRANCISCO SCHUCH JUNIOR
Date and Place of Presentation: Santa Maria, September 11th 2014

It analyzes procedures of graduation courses with the library for collection qualification in External Evaluation. It uses as theoretical framework the higher education regulatory mark and the legislation of the National Evaluation System of Higher Education – SINAES, particularly the courses external evaluation process. The instruments developed by INEP in the external evaluation process, indicators and concepts are the references used to identify the procedures that to reach the satisfactory concept. The used methodology is the case study, characterized as a quantitative and qualitative study. As techniques for collecting qualitative data, we used document analysis of the courses evaluation reports for reapproval in the last three years, and interviews with the researched subjects; and for quantitative data collection, we used questionnaires which were applied to the population represented by the teachers of the researched Higher Education Institution. It is concluded that the procedures adopted by the graduation courses of the Higher Education Institution are developed independently in each department, so there are gaps to be solved in three of the researched courses in order to get course qualification. On the other hand, when there is integration between the courses and the library, the collection qualification and its evaluation achieve satisfactory review concepts both in the institution's and INEP's evaluation.

Keywords: University Libraries. National Evaluation System of Higher Education. Course Evaluation.

LISTA DE SIGLAS

BU	Biblioteca Universitária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCET	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CCH	Centro de Ciências Humanas
CCSo	Centro de Ciências Sociais
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CPA	Comissão Permanente de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar do Curso
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENC	Exame Nacional de Cursos
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PAIUB	Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras
PNE	Plano Nacional de Ensino
PPC	Projeto Político de Curso
PPI	Projeto Político Institucional
REUNI	Programa de Reestruturação das Universidades Federais
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica e Administrativa
SINAES	Sistema Nacional de Ensino Superior
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Marco regulatório do SINAES.....	21
Quadro 2	Indicadores da avaliação de curso	29
Quadro 3	Indicadores para bibliografia básica	30
Quadro 4	Indicadores para bibliografia complementar	31
Quadro 5	Indicadores para periódicos especializados indexados e correntes	32
Quadro 6	Nível para atribuição dos conceitos dos indicadores avaliados.....	33
Quadro 7	Etapas do processo de Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Universitárias.....	41
Quadro 8	Cursos avaliados para reconhecimento de cursos de 2010 a 2013	47
Quadro 9	Análise dos dados por objetivos	54
Quadro 10	Fases da pesquisa	55
Quadro 11	Opinião dos professores sobre a participação da biblioteca na concepção e atualização do PPC.....	62
Quadro 12	Opinião dos professores sobre o conhecimento da política de desenvolvimento de coleções.....	63
Quadro 13	Critérios de atualização do acervo	65
Quadro 14	Opinião dos professores quanto à função do NDE.....	68
Quadro 15	Opinião dos docentes quanto ao uso do SIGAA para indicar as novas bibliografias	71

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Problema de pesquisa	13
1.2	Objetivos	15
1.2.1	Objetivo Geral.....	15
1.2.2	Objetivos Específicos.....	15
1.3	Justificativa	15
2	SISTEMA NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	18
2.1	Da regulação à avaliação	18
2.2	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR – SINAES	23
2.3	Avaliação de cursos	26
2.3.1	O Conceito Preliminar do Curso (CPC).....	34
2.4	Dos agentes e instrumentos na qualificação dos acervos	38
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
3.1	Caracterização da pesquisa	44
3.2	Contexto do estudo	45
3.3	População e sujeitos da pesquisa	48
3.4	Aspectos éticos	50
3.5	Instrumentos de coleta e análise de dados	51
3.6	Desenho da pesquisa	55
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	56
4.1	O panorama das avaliações externas da UFMA	56
4.2	Opiniões dos coordenadores, professores e bibliotecários sobre suas ações para qualificação do acervo	60
4.3	Quanto aos procedimentos utilizados no âmbito da biblioteca para a qualificação do acervo	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	79
	APÊNDICES	84
	ANEXOS	94

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Superior surgiu apenas após a vinda da Família Real Portuguesa para a nação. Foram primeiramente criadas as escolas superiores isoladas, orientadas para a formação profissionalizante de nível superior, as quais ainda não possuíam o compromisso com a produção e disseminação do conhecimento necessário para o desenvolvimento autônomo da nação. Criadas, inicialmente, para atender à burocracia do Estado, ofereciam cursos em áreas tradicionais para formar advogados, médicos e engenheiros demandados pelo exército e governo (SCHUCH JUNIOR, 1998).

Aos poucos, cursos em outras áreas profissionais foram sendo criados nas faculdades, sem existir, no entanto, um projeto e uma legislação à altura da importância e da demanda de Educação Universitária para o desenvolvimento do país (MÉA; SCHUCH JR; GOMES, 2011). A educação superior no Brasil passou por décadas caracterizadas pela união das faculdades isoladas, preocupadas apenas com a formação profissionalizante sem o desenvolvimento da pesquisa. Assim, desde a década de 1920, o país sofreu com a falta de regulamentações que subsidiassem o ensino superior. Em 1968, com a reforma universitária é alcançado um modelo administrativo; e uma estrutura universitária é apresentada pelo governo para as faculdades isoladas tornarem-se universidades.

A universidade brasileira foi a última a ser criada na América Latina, atendendo a necessidade de concessão do título Doutor Honoris Causa ao Rei Leopoldo da Bélgica, em visita ao Brasil em 1922, ou seja, cem anos depois da Independência e trinta e três anos depois da Proclamação da República, o Brasil ainda não possuía uma universidade. E ela só foi criada para atender às conveniências de um rei europeu (BUARQUE, 2003).

Somente a partir dos anos 1990, configura-se uma nova fase na evolução da Educação Superior brasileira, caracterizada pela Regulação que promoveu um esforço que procurou dotar o País de um conjunto de leis e sistemas compatíveis com o seu crescimento quantitativo, dentro de um padrão aceitável de qualidade.

A regulamentação do ensino superior e a oferta de um número maior de matrículas afluíram inúmeras discussões sobre a dinâmica do sistema de ensino superior e seu modelo de avaliação, pois o Brasil desde 1993 utilizava o Programa

de Avaliação Institucional (PAIUB) que era voluntário, para os cursos de graduação, observando que a pós-graduação já vinha sendo avaliada.

A expansão do ensino superior teve sua regulamentação com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, que instituem respectivamente a gratuidade do ensino público e o regime jurídico nas instituições oficiais afirmando ainda a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades. À Lei 9.394 é atribuída a introdução do processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação assim como das instituições de ensino superior sob a égide das questões vinculadas à qualidade sob as proposições elencadas pelos órgãos reguladores.

Surge, então, uma nova fase da Educação Superior Brasileira, uma fase de qualificação. Dotar o país de uma Educação Superior com os padrões de qualidade que seu desenvolvimento exige é um grande desafio em virtude do número de instituições e sua diversidade acadêmica e administrativa. Para tanto, a avaliação passa a ter um papel preponderante nesse processo de qualificação com a implementação do SINAES (MÉA; SCHUCH JR; GOMES, 2011).

Para esses autores, a criação do SINAES deu um grande impulso à busca por qualidade na Educação Superior Brasileira. Esse sistema tratou de articular todos os esforços e instrumentos que vinham sendo desenvolvidos para avaliar o ensino superior de graduação e suas instituições. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) tornou-se responsável por sua operacionalização o qual, para dar conta da avaliação que lhe foi atribuída, criou estruturas e desenvolveu sistemas, buscando, para tanto, a integração com os demais órgãos incumbidos das funções de Regulação e Supervisão, em especial às secretarias do Ministério da Educação (MEC), como a Secretaria de Educação Superior (SESU) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); ao Conselho Nacional de Educação (CNE); e aos Conselhos de Educação dos estados. Esse esforço de desenvolvimento da avaliação fez com que lacunas e inconsistências, em diferentes âmbitos e níveis, fossem tratadas. O resultado foi a criação de um sistema normativo, constituído de sistemas de operacionalização cuja função é garantir que a avaliação seja o principal fator de qualificação da Educação Superior brasileira.

A origem do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)

trazia o desejo de minimizar as inconsistências apresentadas nos programas anteriores e agregava uma nova concepção à avaliação, buscando a participação das Instituições de Ensino Superior (IES), através da autonomia e do respeito à diversidade acadêmica e administrativa, oportunizando no processo avaliativo a busca da qualidade.

Em seu propósito, tal como elenca SINAES (2009), o sistema busca promover a integração e a proatividade institucional sob a orientação de pressupostos relevantes para a construção de um sistema avaliativo que busca a estruturação dos compromissos sociais das instituições através da consolidação de seus valores e da construção de sua identidade por meio de uma reflexão democrática e autônoma.

A partir dessas orientações, SINAES (2009) confirma as proposições de Brasil (2004), destacando a necessidade de uma reflexão participativa e que leve em consideração a articulação coerente entre os agentes vinculados à operação institucional. Assim, o corpo social da instituição e as instâncias governamentais passam a refletir sobre as inferências teórico-metodológicas do modelo, articulando práticas sistêmicas e coerentes a partir de uma concepção voltada ao ensino superior.

1.1 Problema da pesquisa

Avaliar, de acordo com Dias Sobrinho (1997), significa atribuir valor a alguma coisa, dar valia e, por isso, não é uma ação neutra. Segundo Brasil (2004), a não neutralidade interessa na avaliação o compromisso com o questionamento, com a crítica, com a expressão do pensamento divergente e a explicitação, no plano das teorias, da epistemologia e dos métodos de investigação. Nesse sentido, a avaliação é concebida como uma atividade complexa, um processo sistemático de identificação de mérito e valor que envolve diferentes momentos e diversos agentes.

É importante salientar que a avaliação, qualquer que seja, sempre se produz num espaço social de valores já existentes, mas que ela ajuda a reforçar, daí a avaliação não ser neutra. Muitas discussões que se levantam sobre a avaliação não são apenas querelas sobre aspectos técnicos, são questionamentos que trazem à tona questões de concepção sobre o ensino superior e sobre a sociedade.

Em atenção ao que preceitua a lei que nos propõem um processo regulatório de concepção prática, burocrático e legalista que busca promover a articulação

formativa no âmbito do ensino superior com o objetivo de desenvolver melhores condições e práticas de desenvolvimento institucional, este estudo volta-se para a avaliação externa dos cursos de graduação e para os indicadores relativos às bibliografias básica e complementar e aos periódicos, pois os conceitos alcançados fazem referência à situação encontrada *in loco* na qualificação dos acervos, tendo como referência os dados informados no Projeto Pedagógico de Cursos (PPC).

Esse documento, que é a principal fonte de consulta utilizada pelo INEP, é também o documento orientador do curso, pois traduz as políticas acadêmicas institucionais com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). É constituído pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso, da estrutura e conteúdo curricular, do ementário, das bibliografias básica e complementar, dos periódicos, das estratégias de ensino, dos docentes, dos recursos materiais, dos laboratórios e do apoio ao funcionamento do curso.

A elaboração e atualização dos PPC dos cursos são de competência do coordenador e dos professores que devem manter juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) as bibliografias constantemente atualizadas.

Portanto, ao coordenador do curso e aos docentes cabem as ações necessárias em relação às bibliografias e sua atualização, bem como as de comunicação com a biblioteca em relação à constituição do acervo, pois se não forem adequadas e realizadas com eficácia, os indicadores da biblioteca não alcançarão conceitos de qualidade.

A problemática apresentada nesta pesquisa envolve a avaliação da biblioteca universitária e os indicadores de qualificação dos acervos, pois estes ora apresentam-se de forma apenas suficiente, ora insuficiente, nas avaliações de cursos realizadas pelo INEP, isto é tem o mínimo ou não tem.

Como esse é um processo de avaliação regulamentado por lei do qual todas as IES participam, esses resultados representam um conceito de qualidade e repercutem na função de apoio ao ensino superior que a biblioteca possui como unidade responsável pelo acesso aos materiais informacionais.

Considerando-se que o acervo é fator crítico de qualificação dos cursos e de desenvolvimento da própria universidade no alcance dos objetivos institucionais, este trabalho busca identificar:

Quais são os procedimentos dos cursos de graduação com relação a biblioteca para a qualificação dos acervos na Avaliação Externa?

1.2 Objetivos

O objetivo da pesquisa científica deve traduzir exatamente os caminhos do pesquisador na sua trajetória. Deve ser a base para toda a pesquisa, coleta e análise dos dados.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os procedimentos dos cursos de graduação com relação a biblioteca para a qualificação dos acervos na Avaliação Externa.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar o panorama das avaliações externas da UFMA, identificando os conceitos referentes à biblioteca nos cursos avaliados nos últimos três anos;
- b) Identificar as opiniões dos coordenadores, professores e bibliotecários sobre suas ações para qualificação do acervo dos respectivos cursos;
- c) Levantar os procedimentos para qualificação do acervo realizados pelos professores, coordenadores e biblioteca.
- d) Desenvolver metodologia de análise de acervo bibliográfico de graduação como subsidio para a gestão universitária na busca da melhoria da qualidade acadêmica dos cursos;
- e) Contribuir com o conhecimento da problemática da biblioteca universitária como acervo crítico à problemática da educação superior brasileira e em particular para a UFMA.

1.3 Justificativa

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004, e regulamentado pela Portaria MEC nº 2.051, de

09/07/2004, tem como objetivo atribuir mérito e valor às instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior; orientar a expansão da oferta; e promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia, oportunizando, por um lado, um referencial de qualidade dos cursos e instituições e, por outro, dados que permitam às instituições identificar pontos a serem sanados ou explorados (BRASIL, 2004).

Portanto, na perspectiva da Avaliação do ensino superior e da Biblioteca Universitária, o SINAES constitui-se essencial campo de estudo, pois busca desenvolver a qualidade do ensino superior através do processo de avaliação. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), é função do poder público “[...] exigir melhoria progressiva da infraestrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas [...]” (BRASIL, 2001), situação que é reforçada no SINAES.

No campo biblioteconômico, sabe-se que “[...] as bibliotecas não existem de forma independente da sociedade e das instituições às quais se vinculam” (LEITÃO, 2005, p.12). Portanto, ela é parte integrante no apoio e no desenvolvimento didático pedagógico dos cursos e de sua infraestrutura na oferta das condições de ensino da instituição através dos serviços ofertados à comunidade acadêmica.

Assim, é necessário haver o entendimento de que a biblioteca universitária possui um vínculo indissociável com a instituição na qual está inserida, constituindo-se como órgão de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, que visa atender as demandas da própria universidade. Nesse sentido, ela se torna essencial na construção do processo avaliativo institucional, devendo articular as suas ações e o desenvolvimento dos serviços prestados com qualidade nos preceitos de melhoria contínua propostos pelo SINAES.

O SINAES possibilita essa proposta por proporcionar a avaliação dos cursos através de instrumento único, no qual identifica as ações e práticas voltadas à Dimensão 1: Didático-pedagógica; à Dimensão 2: Corpo docente, discentes e técnicos administrativos; e à Dimensão 3: Infraestrutura ofertada aos cursos, na qual se insere a biblioteca. Esta será analisada através dos indicadores e conceitos alcançados em relação à bibliografia básica, à bibliografia complementar e aos periódicos especializados, visando identificar os procedimentos desenvolvidos pelos cursos e pela biblioteca para atualização dos acervos.

O parâmetro que o Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB) utiliza para

atualização do acervo é o mesmo para o procedimento de aquisição dos materiais informacionais, no entanto, tem apresentado diferentes conceitos na escala de avaliação, ora atendendo com satisfação, ora de maneira insuficiente nas avaliações de curso.

O foco desta análise serão os cursos que passaram por Reconhecimento de Cursos na Universidade Federal do Maranhão nos últimos três anos (2010 – 2013), pois o processo regulatório analisa as três dimensões propostas pelo SINAES como condição necessária para validade nacional dos diplomas e ocorre apenas depois de decorrido um ano do início do curso até a metade do prazo para sua conclusão, sendo vital o acesso ao acervo do curso e sua qualificação para o desenvolvimento das atividades docentes e discentes.

A relevância institucional da pesquisa é contribuir para o amadurecimento do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), do Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e dos Cursos de graduação, como também contribuir para um processo contínuo de avaliação, identificando as potencialidades e melhorando as fragilidades dentro de cada etapa a fim de obter-se a melhoria das ações e o crescimento institucional na busca da excelência.

Salienta-se ainda que esta pesquisa torna-se relevante institucionalmente para o processo de Avaliação da IES, uma vez que a pesquisadora atua como bibliotecária e percebe a necessidade de identificar as relações entre os cursos e a biblioteca nos procedimentos relativos à qualificação dos acervos, contribuindo significativamente para o amadurecimento da cultura avaliativa no NIB, destacando a relevância que a biblioteca possui como instrumento de apoio pedagógico e estratégico institucional para a IFES, constituindo-se como agente integrante de um processo sistemático e contínuo.

2 SISTEMA NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Nas últimas décadas, as discussões sobre o ensino superior e suas reformas intensificaram-se em busca de um modelo melhor e do aperfeiçoamento dos sistemas utilizados pelo Ministério da Educação. Neste capítulo, apresenta-se a evolução do marco regulatório e avaliativo do ensino superior culminando com o atual sistema de avaliação.

2.1 Da regulação à avaliação

Até 1960, o sistema de ensino brasileiro possuía um modelo centralizado pelo MEC e somente com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no ano de 1961, os órgãos estaduais e municipais obtiveram autonomia, descentralizando as funções do antigo modelo. A primeira LDB ou reforma educacional brasileira passou por 13 anos de debate (1948 – 1961) para sua consolidação. Um dos pontos de maior discussão até a sua implantação dizia respeito ao ensino religioso facultativo nas escolas públicas que possuía como pano de fundo a separação entre o Estado e a Igreja (BRASIL, 2003).

Em atenção ao ensino superior, somente mais tarde, no ano de 1968, a reforma universitária aconteceu, quando foi assegurada a autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades, sendo esse o maior avanço na educação superior brasileira até aquele momento, pois garantiu um modelo organizacional único para as universidades.

Como antecedentes do sistema de avaliação, o corpo legal e regulador da educação superior brasileira mantém-se a proposta do governo, a começar pela Constituição Federal em 1988.

Com a promulgação da Constituição de 1988 e, em sequência, com o surgimento das leis que passaram a regular a educação superior brasileira, houve uma flexibilização do papel exercido pelo governo, ampliando o marco regulatório na participação das instituições em busca da qualificação.

O direito à educação no Brasil é garantido pela Constituição Federal (CF) no Título VIII com referência à Ordem Social, no Capítulo II – que trata da Educação, da Cultura e do Desporto, o qual declara em seus arts. 205, 207 e 209, respectivamente, o seguinte:

- a) a educação é declarada na CF como direito de todos e dever do Estado e da Família incentivados pela sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;
- b) declara ainda às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão patrimonial, obedecendo aos princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- c) estabelece à iniciativa privada o ensino como função, desde que sejam atendidos o cumprimento das normas gerais de educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo poder público (BRASIL, 2013, p. 137).

A função do Estado de avaliar as universidades evidencia que a avaliação torna-se um papel de todos, considerando que os recursos investidos pelo governo devem retornar para a sociedade, pois o interesse social em conhecer o desenvolvimento de cada instituição deve ser público e assegurado pelo Estado. No tocante à participação institucional, está assegurada pela autonomia didática, científica, administrativa e de gestão patrimonial, possibilitando as ações institucionais conhecidas com fins a seu aperfeiçoamento na busca pela qualidade educacional.

Além de declarar que a educação não é exclusividade do Estado, a Constituição Federal formaliza de modo insofismável, a noção do Estado avaliador, pois o ingresso e permanência das instituições de ensino superior devem ser dados pelo poder público, tendo o processo avaliativo por ele conduzido como fundamentação.

Com importantes contribuições, a nova LDB promove a transformação da educação no país. O processo avaliativo se volta para a melhoria da qualidade de ensino com a regulação e a acreditação de instituições e cursos. Outro importante fator é a consolidação da avaliação nas políticas educacionais com diretrizes mais amplas e com ações concretas por parte dos órgãos competentes do MEC.

A Nova LDB pretendeu ser uma síntese em relação à anterior, preocupou-se em normatizar os espaços de expansão e funcionamento dos setores público e privado, ou seja, indicou um novo ordenamento que conduziu ao tratamento do ensino superior como um sistema, determinou basicamente as mesmas regras para o setor público federal e o setor privado. O processo de organização das IES, regras de funcionamento e definições, integrou regras de supervisão que se apoiavam em processos de avaliação. As instituições de ensino superior que, anteriormente eram autorizadas e eventualmente reconhecidas apenas por uma vez em toda sua existência, passaram a ser credenciadas e a necessitar de credenciamento periódico. Por outro lado, cursos passaram a ser autorizados (no caso de instituições sem autonomia) e reconhecidos periodicamente. Ou seja, o que antes era

um ato permanente passava, com a nova LDB, a ter um prazo de validade. (CURI, 2011, p. 83)

Ristoff e Giollo (2006) corroboram o exposto quando mencionam a ênfase da LDB em regular os mecanismos do ensino superior através de sistemáticas de avaliação uma vez que as universidades gozam de autonomia para a criação de novos cursos. Com a LDB, cria-se a avaliação periódica das IES, significando que a partir daquele momento não mais existia ato autorizativo ou de reconhecimento ou credenciamento válido *ad eternum*, pois periodicamente os cursos e instituições deverão ser avaliados pelo poder público.

Assim, na LDB, encontram-se a avaliação e a autorização em seu art. 9º, que trata das incumbências da União quanto à organização da educação nacional, dos quais cinco são destacadas aqui:

- a) coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
- b) definir a tarefa de assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;
- c) demarcar a necessidade de baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;
- d) à União cabe assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;
- e) autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (BRASIL, 1996, p. 4).

A LDB, em seu capítulo “Da Educação Superior”, regula que a autorização e o reconhecimento de cursos, assim como o credenciamento de instituições de educação superior atendem a prazos, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. Ressalta, ainda, que os resultados do processo regular de avaliação podem gerar sanções e punições se constatadas deficiências, situação em que deve ser aberto um prazo para sanar os problemas ao final do qual será realizada nova avaliação, a qual pode “[...] resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento” (BRASIL, 1996, p.17).

Quadro 1 – Marco regulatório do SINAES.

Marco regulatório do SINAES	
1988	Constituição Federal Brasileira
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
2001	Plano Nacional de Educação
2004	Lei do SINAES
2006	Decreto 5.773
2007	Portaria Normativa 40

Observa-se que nesse percurso regulatório e seu amadurecimento, o próprio Ministério da Educação transformou-se, buscando agregar funções relacionadas somente à área da educação. Nesse sentido, em 1985, foi criado o Ministério da Cultura. Em 1992, foi transformado em Ministério da Educação e do Desporto, mas somente em 1995 a instituição passou a ser responsável apenas pela área da educação.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, originou-se do art. 214 da CF, bem como dos art. 9º e 87º, da LDB. Além disso, essa lei, em seu art. 4º, dispõe que a União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes no Plano Nacional de Educação. A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, tem incumbência de realizar “avaliações periódicas da implementação do Plano Nacional de Educação” [...] e estabeleceu ainda, para cada nível educacional, um “diagnóstico”, “diretrizes” e “objetivos e metas” (INEP, 2009, p. 39).

Em específico, ao ensino superior, o PNE definiu 23 objetivos sendo que desses, cinco são destacados pelo INEP, pois visa à qualificação do sistema de ensino superior através dos sistemas de integração da avaliação da IES e de seus cursos a partir dos padrões mínimos fixados: 1) institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica; 2) instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e, sempre que possível, nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de

possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, da extensão e, no caso das universidades, também da pesquisa; 3) estender, com base no sistema de avaliação, diferentes prerrogativas de autonomia às instituições públicas e privadas; 4) estabelecer sistema de credenciamento periódico das instituições e reconhecimento periódico dos cursos superiores, apoiado no sistema nacional de avaliação; 5) a partir de padrões mínimos fixados pelo Poder Público, exigir melhoria progressiva da infraestrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, como condição para o credenciamento das instituições de educação superior e renovação do reconhecimento de cursos (BRASIL, 2001).

O PNE (2001) em seu princípio geral acredita que nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Suas diretrizes reguladoras do sistema apontam que, para planejar a expansão com qualidade, é necessário evitar-se o caminho da massificação. Essa referência é feita ao ensino privado que tem expansão exponencial, bem como reforça a preocupação com a qualidade no ensino, enfocando também que o setor privado deve submeter-se aos parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino.

Com base nesses princípios e objetivos, o PNE criado pela Lei 10.172/2001 deixa explícita a necessidade de um sistema de avaliação, pois estabelece que a União instituirá o sistema de avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes no PNE.

O novo sistema nasce com a função de cumprir as metas estabelecidas para a educação superior, evidenciada pela diretriz da regulação do sistema de forma evidente quando declara “planejar a expansão com qualidade”. Dito de outra forma, isso significa que o Brasil deveria expandir o seu sistema educacional em todos os níveis e como garantia da expansão com qualidade é que se estabelece a necessidade da avaliação sistemática (BRASIL, 2001; RISTOFF; GIOLLO, 2006).

Como antecedentes da proposta de avaliação sistemática, podem ser citados, primeiramente, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) sistema mais participativo e democrático na sua aplicação e operacionalização, que dava autonomia às universidades no processo de autoavaliação; e o Exame Nacional de Cursos (ENC), com função de regulação, que se distanciava da construção participativa aproximando-se das implicações mercadológicas ditadas pelo resultado de qualidade. Assim, apresentavam

características de avaliação diferentes, pois enquanto os resultados de um serviam para os processos emancipatórios, os do outro eram regulatórios.

Além desses fatores divergentes, somavam-se inúmeros questionamentos sobre a sistematização e a clareza da execução dos processos realizados pelo órgão responsável pela operacionalização dos instrumentos de avaliação na aplicação do Exame Nacional de Curso (ENC), desencadeando ampla discussão nas instituições e na própria sociedade, o que culminou com uma nova proposta de sistematização do processo de avaliação (BARREYRO, 2003).

Para Buarque (2003), a criação do processo de avaliação como um sistema foi um dos avanços da universidade, muito embora, os programas até então desenvolvidos tenham sido considerados ainda imperfeitos e incompletos, o que exigiu na reorganização das universidades brasileiras a formulação de um novo sistema de avaliação, possibilitando identificar suas qualidades e deficiências a fim de capacitá-las a melhor desempenhar seu papel na sociedade.

Como consequência, surge o SINAES com o princípio da avaliação regulatória evidenciado no marco legal apresentado, destacando princípios formativos, com metas desafiadoras para a qualidade da expansão e resignificando as experiências vivenciadas nos programas anteriores.

2.2 Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – Sinaes

A avaliação através do SINAES é um forte mecanismo do governo na busca da qualidade na educação superior brasileira tornando-se política de Estado através da Lei nº 10.861/2004, que no seu parágrafo 1º explicita sua finalidade

[...] de melhoria da qualidade, expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, p. 2).

Como objetivo, o SINAES visa a assegurar o processo nacional de avaliação das IES, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes, visando à melhoria da qualidade do ensino. Esses resultados serão utilizados para subsidiar os procedimentos regulatórios e de supervisão que englobam a

autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento dos cursos de graduação e ainda o credenciamento e credenciamento das IES (BRASIL, 2004).

Os princípios fundamentais são a responsabilidade social com a qualidade da educação superior; o reconhecimento da diversidade do sistema; o respeito à identidade, à missão e à história das instituições; a globalidade, isto é, a compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada; e a continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e para o sistema de educação superior em seu conjunto (BRASIL, 2004).

Ristoff e Giollo (2006) afirmam que essa iniciativa de concepção integradora se constitui como um dos mais importantes diferenciais entre o atual sistema e o que foi construído antes do SINAES. Concretamente, isso significou que as avaliações não mais seriam realizadas em cada setor do Ministério da Educação a seu modo, com seus instrumentos, com suas metodologias, com seus avaliadores. A partir dessa sistemática, todas as avaliações da educação superior passam a ser desenvolvidas sob a diretriz da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e realizadas no âmbito do INEP.

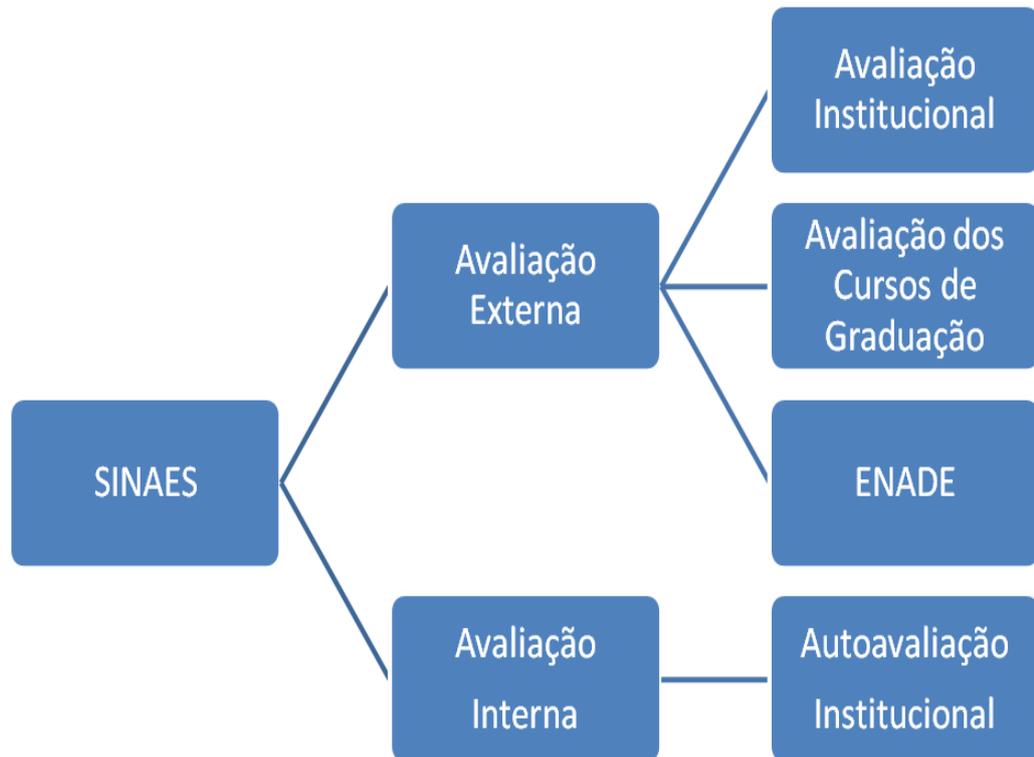
O sistema de avaliação da educação superior é constituído por três componentes centrais, com o objetivo de conhecer/investigar o processo pedagógico, o educativo e as instituições. Para isso, engloba a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Para complementar os componentes de avaliação das instituições e de cursos são realizadas a avaliação externa, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA); e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que é aplicado aos estudantes e subsidia a avaliação das instituições (CONAES, 2004).

O SINAES é um sistema global e integrado das atividades acadêmicas, constituído por três componentes principais, e esses componentes fazem parte do mesmo sistema de avaliação, porém cada um deles acontece em situações e momentos distintos utilizando-se de instrumentos próprios, mas articulados entre si.

Assim, em sua formulação original, o SINAES “se baseia numa concepção de avaliação e de educação global e integradora” (DIAS SOBRINHO, 2010, p.208), propondo a integração entre diversos instrumentos e momentos de aplicação.

Os três componentes do SINAES são denominados Dimensões, que são a institucional, a dos cursos de graduação e a do desempenho dos estudantes.

Figura 1 – Avaliação no SINAES.



Fonte: Adaptado de BRASIL (2004).

No âmbito da Lei do SINAES, foi instituída a CONAES e sua competência, mas é com a redação da Portaria MEC nº 2.051/04 que se atribui à comissão o poder de deliberar sobre as diretrizes gerais dos instrumentos de avaliação institucional e dos cursos de graduação, que depois seriam aprovados por portaria que também atribui ao INEP a prerrogativa da produção dos instrumentos que fixariam os critérios de avaliação, os requisitos legais e a operacionalização das avaliações externas e do ENADE (CONAES, 2004).

A avaliação institucional é o foco da avaliação do ensino superior e se desenvolve em duas etapas: a primeira constituída da autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA); e a segunda que é realizada por comissões designadas pelo INEP de acordo com as diretrizes da CONAES.

A concepção da autoavaliação está na produção dos conhecimentos institucionais produzidos em seu conjunto de atividades e finalidades, identificando as causas dos problemas, busca aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (INEP, 2004).

A avaliação institucional tem como principal objetivo construir um aparato de informações sobre seus instrumentos e procedimentos de autoavaliação, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, utiliza nas suas dez dimensões os seguintes indicadores: Missão e PDI; Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; Responsabilidade social da IES; Comunicação com a sociedade; Organização de gestão da IES; Infraestrutura; Planejamento de avaliação; Políticas de atendimento aos estudantes; e Sustentabilidade financeira.

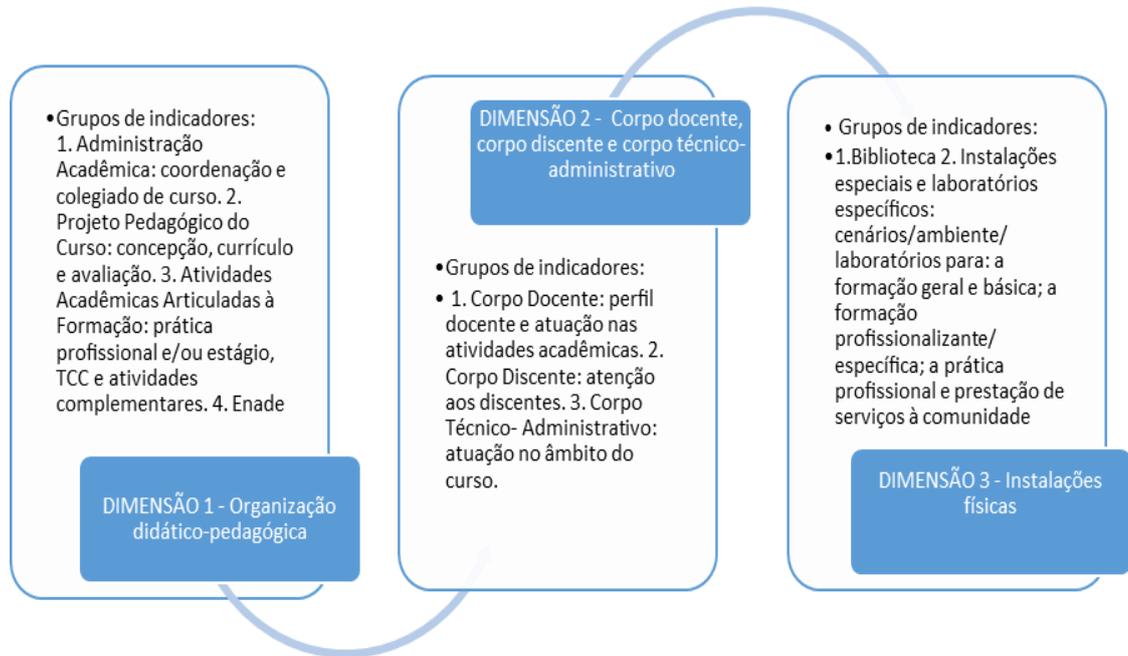
2.3 Avaliação de Cursos

A avaliação de cursos de graduação analisa três dimensões que são a Organização didático-pedagógica; o Perfil do corpo docente, discentes e técnicos administrativos; e as Instalações físicas. Essa etapa do SINAES é realizada por Comissões Externas, designadas pelo INEP, as quais possuem, em sua constituição, especialistas em suas respectivas áreas do conhecimento, cadastrados e capacitados pelo INEP.

As comissões designadas para a avaliação externa de cursos têm acesso aos dados fornecidos pela instituição através do formulário eletrônico preenchido pela IES.

Segundo o INEP (2006), a instituição deve preencher um formulário eletrônico composto por três grandes dimensões: a qualidade do corpo docente, a organização didático-pedagógica e as instalações físicas, com ênfase na biblioteca o que possibilita uma análise prévia pelos avaliadores da situação dos cursos e uma melhor verificação dos dados *in loco*.

Figura 2 – Dimensões propostas pelo SINAES na Avaliação de Cursos.



Fonte: Adaptado BRASIL (2004).

A avaliação externa de cursos proporciona à IES a análise de suas especificidades, pois possui como objetivo “[...] identificar as condições de ensino oferecidas em relação à organização didático-pedagógica, corpo docente, discente e técnico-administrativo e às instalações físicas” (BRASIL, 2004). Dessa forma, a análise dos documentos evidencia a coerência dos mesmos no atendimento dos requisitos referentes ao corpo docente e funcional do curso, bem como as indicações constantes das bibliografias propostas pelo curso e sua oferta na biblioteca.

As avaliações de curso são realizadas mediante requisitos legais. Sua periodicidade se dá em função de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, tanto na modalidade presencial quanto a distância. O instrumento de avaliação utilizado é único para todos os cursos de graduação (bacharelado e

licenciatura) presenciais e a distância, e seus resultados são fontes essenciais aos processos regulatórios de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos.

Nessa perspectiva, deve ser vista e entendida como uma avaliação formativa que busca a melhoria, observada a concepção de avaliar como um processo que envolve diferentes dimensões e influencia outras, sendo esse um instrumento qualitativo e quantitativo, que busca informações que juntamente com os dados coletados na avaliação *in loco* permitam empreender a análise avaliativa como um ciclo de melhorias e não como um resultado final (INEP, 2009).

A avaliação dos cursos de graduação visa identificar as condições de ensino oferecidas, perfil docente, instalações físicas e organização didático-pedagógica.

Observa-se que o curso recebe um conceito que está organizado em uma escala de 5 (cinco) níveis referentes a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas, evidenciando que cada dimensão envolve diferentes indicadores e que estes são avaliados de acordo com as especificidades e atuação de cada instituição, caracterizando um dos princípios do SINAES: “respeitar as diferenças e as especificidades de cada IES” (BRASIL, 2004).

Ressalta-se que na dimensão três, dentre o grupo de indicadores observados no aspecto de infraestrutura, está a biblioteca. A biblioteca universitária, como unidade de estudo da Biblioteconomia e essência da Ciência da Informação, possui como principal papel atender as necessidades informacionais da comunidade acadêmica (corpo docente, discentes, pesquisadores e técnicos administrativos), direcionando sua coleção aos conteúdos programáticos ou em projetos acadêmicos dos cursos ministrados pela universidade na qual se encontra inserida (MIRANDA, 2007).

Consolidando o exposto acima, é preciso entender que a biblioteca é um local de acesso e disseminação da informação, que atua, portanto, como espaço de apoio no processo de ensino e aprendizagem e que integra o setor pedagógico da instituição através da disponibilização dos materiais informacionais necessários aos usuários para o desenvolvimento das unidades curriculares constantes nos projetos pedagógicos de cursos.

Evidencia-se na avaliação de cursos a coerência conceitual entre os indicadores propostos na Dimensão 3 com a Organização Didático-Pedagógica, com referência à Biblioteca e à adequação do acervo à proposta do curso, em relação

aos objetivos da avaliação das condições de oferta do ensino nos cursos de graduação.

Os indicadores de avaliação nessa dimensão apresentam os critérios para a biblioteca como apoio pedagógico e de infraestrutura, os quais envolvem a bibliografia básica, a bibliografia complementar e o periódico especializado, indexado e corrente constantes nos Projetos Políticos de Curso que são o principal documento do processo avaliativo.

Quadro 2 – Indicadores da avaliação de curso.

Dimensão 3	Infraestrutura
Biblioteca: adequação do acervo à proposta do curso	
Indicadores	Bibliografia básica Bibliografia complementar Periódicos especializados, indexados e correntes
Fonte de consulta	Projeto Político do Curso

Fonte: INEP (2010).

A avaliação da biblioteca pelo SINAES busca conhecer durante a avaliação externa as práticas desenvolvidas pela gestão de cursos e pela biblioteca para a qualificação dos mesmos. A avaliação através de um processo formal como o SINAES possibilita identificar a sinergia existente entre os setores competentes seja por questões acadêmicas ou administrativas, permitindo a eles a possibilidades de melhoria contínua do processo de qualificação.

Assim é incontestável que a Biblioteca universitária é um importante participante desse processo, pois é responsável por atender aos requisitos constantes do Projeto Político do Curso a fim de cumprir os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação e pelo INEP conforme o Instrumento para Avaliação dos cursos de graduação (BRASIL, 2008).

Na avaliação externa de cursos são atribuídos a cada critério um conceito em uma escala de 5 (cinco) níveis, apresentados a seguir:

Quadro 3 – Indicadores para Bibliografia Básica.

Indicador a ser avaliado	Conceitos	Critérios para atribuição de conceitos
Bibliografia Básica	1	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) atende aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um exemplar para mais de quinze (15) alunos para cada turma e/ou não está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	2	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) atende aos programas das disciplinas do curso, na proporção de um exemplar para até quinze (15) alunos e não está adequadamente informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) atende aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até dez (10) alunos para cada turma, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) atende aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até oito (8) alunos para cada turma, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	5	Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) atende aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até seis (6) alunos para cada turma, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

Fonte: INEP (2010, p. 14).

Quadro 4 – Indicadores para Bibliografia Complementar.

Indicador a ser avaliado	Conceitos	Critérios para atribuição de conceitos
Bibliografia Complementar	1	Quando o acervo não atende às indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
	2	Quando o acervo atende, insuficientemente, às indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas (mínimo de 5 bibliográficas), referidas nos programas das disciplinas.
	3	Quando o acervo atende, suficientemente, às indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas (mínimo de 5 bibliográficas), referidas nos programas das disciplinas.
	4	Quando o acervo atende, plenamente, às indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas (mínimo de 5 bibliográficas), referidas nos programas das disciplinas.
	5	Quando o acervo atende, excelentemente, às indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas (mínimo de 5 bibliográficas), referidas nos programas das disciplinas

Fonte: INEP (2010, p.14).

Quadro 5 – Indicadores para periódicos especializados, indexados e correntes.

Indicador a ser avaliado	Conceitos	Critérios para atribuição de conceitos
Periódicos especializados indexados e correntes	1	Quando não há assinaturas de periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada.
	2	Quando as assinaturas de periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada atendem, de maneira insatisfatória, às principais áreas do curso.
	3	Quando as assinaturas de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, estão atualizadas, em sua maioria, no último ano, e abrangem as principais áreas temáticas; e os periódicos estão distribuídos entre as principais áreas do curso.
	4	Quando as assinaturas de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, estão atualizadas, em sua maioria, nos últimos dois anos e abrangem as principais áreas temáticas; e os periódicos estão distribuídos entre as principais áreas do curso.
	5	Quando as assinaturas de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, estão atualizadas, em sua maioria, nos últimos três anos e abrangem as principais áreas temáticas; e os periódicos estão distribuídos entre as principais áreas do curso.

Fonte: INEP (2010, p.15).

É necessário evidenciar que para analisar os indicadores estabelecidos nos instrumentos de avaliação de cursos é utilizado pelos avaliadores um conceito que estabelece o nível de qualificação que cada indicador atinge de acordo com o observado pela comissão de especialistas *in loco* na instituição estabelecidos pelo INEP. Esses conceitos apresentam-se em níveis para os indicadores qualitativos conforme discriminado a seguir no Quadro 6.

Quadro 6 – Nível para atribuição dos conceitos dos Indicadores avaliados.

<p>Não existe/Não há - Nível 1 dos indicadores qualitativos</p>	<p>Nos indicadores qualitativos, o adjetivo precário ou os advérbios não e precariamente qualificam um fenômeno ou uma situação como precário, destituído ou quase destituído de mérito ou qualidade. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível precário fica aquém dos 25%.</p>
<p>Insuficiente/ insuficientemente - Nível 2 dos indicadores qualitativos</p>	<p>Nos indicadores qualitativos, o adjetivo insuficiente ou o advérbio insuficientemente qualificam um fenômeno ou uma situação como de nível inferior ao limite mínimo de aprovação. Embora o fenômeno ou a situação não seja completamente destituído de mérito ou qualidade, o patamar atingido não é, entretanto, satisfatório. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível insuficiente atinge o mínimo de 25%.</p>
<p>Suficiente/ Suficientemente (Regular) - Nível 3 dos indicadores qualitativos</p>	<p>Nos indicadores qualitativos, o adjetivo suficiente ou o advérbio suficientemente qualificam um fenômeno ou uma situação como satisfatório, ou seja, que ultrapassa o limite mínimo de aprovação. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível suficiente atinge o mínimo de 50%.</p>
<p>Pleno/ Plenamente (Bom) - Nível 4 dos indicadores qualitativos</p>	<p>Nos indicadores qualitativos, o adjetivo pleno ou o advérbio plenamente qualificam um fenômeno ou uma situação acima da média, merecedor de destaque, reconhecimento e importância, porém não de notoriedade e excelência. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível adequado atinge o mínimo de 75%.</p>
<p>Excelente</p>	<p>Nos indicadores qualitativos, o adjetivo excelente qualifica um fenômeno ou uma situação como merecedor de notoriedade, distinção e excelência. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível pleno equivale ao patamar de qualidade máximo, ou seja, 100%.</p>

Outro parâmetro da qualidade ofertada pelo curso desenvolvido no âmbito do SINAES é dado através do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) que é um indicador da contribuição do curso para a formação dos alunos e tem por finalidade orientar e racionalizar a avaliação *in loco* dos cursos com indicadores abaixo de três (3).

A legislação vigente prevê que todos os cursos sejam visitados a cada três anos, o CPC viabiliza as avaliações *in loco*, por servir de guia para os avaliadores, e permite uma coerência maior entre essas avaliações e os indicadores dos objetivos de qualidade.

2.3.1 O Conceito Preliminar do Curso (CPC)

O Conceito Preliminar do Curso criado através da Portaria Normativa nº 4 de 5 agosto de 2008, valorando os objetivos do processo avaliativo desenvolvido no SINAES, que é a busca da qualidade, considera satisfatório o CPC dos cursos igual ou superior a 3. Já os cursos que obtiverem CPC considerados insatisfatórios (1 ou 2) deverão obrigatoriamente submeter-se à avaliação *in loco* nos processos de renovação de reconhecimento.

O CPC é composto por diferentes variáveis, refletindo a avaliação de desempenho dos estudantes, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. Essas variáveis são componentes do ENADE, que inclui o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observados e os Esperados (IDD), o questionário socioeconômico e o cadastro de docentes (BRASIL, 2008).

O Conceito Preliminar de Curso – CPC passa a ter a seguinte composição: INSUMOS (40%), sendo 20% a titulação de doutores, 5% a titulação de mestres, 5% o regime de trabalho docente parcial ou integral, 5% a infraestrutura e 5% a questão pedagógica; e ENADE (60%), sendo 15% o desempenho dos concluintes, 15% o desempenho dos ingressantes e 30% o IDD (BRASIL, 2008).

A avaliação dos estudantes acontece através do ENADE com os alunos ao final do primeiro e do último ano do curso. Tem como objetivo mensurar o rendimento dos alunos em relação ao currículo ofertado pelo curso ao qual foi submetido; é observado também o nível social dos alunos. Esse processo é complementado com a avaliação de cursos.

Ao final de cada processo avaliativo de desempenho dos alunos de cada curso no ENADE, a IES recebe um conceito que está organizado em uma escala de

5 (cinco) níveis, referentes a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas (BRASIL, 2004).

O CPC é constituído de oito elementos, como já mencionado, os quais serão descritos elencando cada uma das medidas de qualidade do curso de acordo com o instrumento do INEP utilizado em seu cálculo:

1. Professores Doutores (NPD) – corresponde à proporção dos professores vinculados a determinado curso cuja titulação é maior ou igual ao doutorado pelo número total dos professores vinculados a esse curso. Para referência desse cálculo são utilizadas as informações referentes ao cadastro da IES extraídas do cadastro docente efetivado pela IES;
2. Professores Mestres (NPM) – corresponde à proporção dos professores vinculados a determinado curso cuja titulação é maior ou igual ao mestrado pelo número total dos professores vinculados a esse curso. São utilizadas as informações constantes do cadastro docente realizado pelos professores;
3. Professores com Regime de Dedicção Integral ou Parcial (NPR) – o cálculo dessa proporção é realizado através da divisão do número de professores vinculados ao curso cujo regime seja integral ou parcial, pelo número total de professores vinculados a esse curso;

As informações NPD, NPM, NPR utilizam como fonte de informação o Cadastro Docente, no qual as instituições cadastram seus professores vinculando-os ao curso, se o curso não tiver nenhum professor cadastrado terá a nota zero computada para o cálculo do CPC.

4. A Nota de Infraestrutura (NF) corresponde à proporção de alunos do curso que avaliaram positivamente um aspecto da infraestrutura do curso no questionário do ENADE (F) pelo total de alunos que responderam ao questionário. Caso nenhum aluno responda ao questionário socioeconômico, o curso terá a nota referente à infraestrutura computada como zero para o CPC;
5. A Nota de Organização didático-pedagógica (NO) de um curso corresponde à proporção de alunos do curso que avaliaram positivamente um aspecto da organização didático-pedagógica do curso no questionário do ENADE (O) pelo número total dos alunos do curso que responderam ao questionário.

Caso nenhum aluno responda ao questionário socioeconômico, o curso terá a nota referente à organização didático-pedagógica (NO) computada como zero para o CPC;

6. A Nota dos Concluintes do ENADE (NC) será a nota final que dá origem ao Conceito ENADE. Portanto, para cada curso, ele é composto por 75% da nota dos alunos concluintes no componente específico do ENADE e 25% da nota dos mesmos alunos no componente de formação geral, sendo inseridas no NC as notas já padronizadas e transformadas em escala de 0 a 5;
7. A Nota dos Ingressantes no ENADE (NI) é calculada conforme a metodologia utilizada na nota dos concluintes do NC, tendo como diferença que os valores utilizados correspondem às notas dos alunos ingressantes, pois, para cada curso, o NI é composto de 75% da nota dos alunos ingressantes no componente específico e por 25% da nota dos mesmos alunos no componente de formação geral do ENADE, sendo inseridas no NI as notas já padronizadas e transformadas em escala de 0 a 5.

A especificação que subsidia o cálculo do IDD está representada a seguir:

$$c = b.i + g .w + d .z + j.pd + l.pm + h. pr + r. f + u.o + u$$

As letras minúsculas indicam que todas as variáveis estão expressas em termos de desvios da média, isto é, é subtraída da variável original observada para cada curso i a média da respectiva variável observada para a área j à qual o curso pertence. Na equação acima:

c : média ponderada das notas de conteúdo específico (0,75) e de formação geral (0,25) no ENADE dos concluintes do curso i ;

i : média ponderada das notas de conteúdo específico (0,75) e de formação geral (0,25) no ENADE dos ingressantes do curso i ;

w : proporção de estudantes ingressantes do curso i cujo pai e/ou mãe tem nível superior de escolaridade 2;

z : razão entre o número de concluintes e o número de ingressantes no curso i ;

pd : proporção de docentes no curso i com título mínimo de doutor;

pm : proporção de docentes no curso i com título mínimo de mestre;

pr : proporção de docentes no curso i com regime de trabalho integral ou parcial;

f : proporção de alunos do curso i que avaliaram positivamente um aspecto da infraestrutura do curso;

o : proporção de alunos do curso i que avaliaram positivamente um aspecto da organização didático-pedagógica do curso.

Assim, para referendar o cálculo do CPC, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) utiliza a seguinte ponderação:

$$CPC = (0,20 \times NPD) + (0,05 \times NPM) + (0,05 \times NPR) + (0,05 \times NF) + (0,05 \times NO) + \\ (0,30 \times NIDD) + \\ (0,15 \times NI) + (0,15 \times NC)$$

Do cálculo dos insumos apresentados, obtém-se o valor do CPC para cada curso. Esses valores são transformados em faixas de 1 a 5. Nesse processo, atribui-se CPC 1, para os cursos que atingirem um valor contínuo de 0,0 a 0,94; 2 para o valor contínuo de 0,95 a 1,94; 3 para o valor contínuo de 1,95 a 2,94; 4 para o valor contínuo de 2,95 a 3,94; e 5 para o valor contínuo de 3,95 a 5.

O curso que atingir CPC igual ou superior a 3 terá suas avaliações documentais e os cursos que atingirem nota inferior passarão por avaliações externas realizadas pela comissão especialistas.

Portanto o CPC dos cursos de nível superior é um índice utilizado com o propósito de identificar se os cursos necessitam ou não de avaliação in loco. E em pertinência a este fato ressalta-se que existem críticas a composição estatística utilizada no índice apresentado e seu uso, que “podem fazer sentido em um exercício de análise e até mesmo para ajudar a tomar decisões internas [...] mas não deveriam ser utilizados publicamente como avaliações de qualidade”, ainda que com o título de preliminar (SCHWARTZMAN, 2008).

Giolo (2008) ao discutir o CPC nos coloca a questão do ensino superior e seu desenvolvimento, não se prendendo as questões pertinentes ao índice provenientes de dados estatísticos, pois mesmo “supondo” que consigam discriminar com

precisão e equidade as instituições e os cursos o resultado não será positivo para a qualificação do ensino superior por razões como:

[...] (a) os cursos e instituições considerados de bom nível, ficando isentos da visita in loco, tenderão a acomodar-se no respectivo status quo; (b) não há nada que seja bom e que não possa, ainda assim, melhorar sob o impacto de estímulos e orientações adequados, e isso vale para os cursos de boa qualidade quando submetidos às visitas in loco; (c) a presença dos bons cursos e boas instituições na rede de ensino-aprendizagem que se criou em torno do banco de avaliadores é decisiva para o amadurecimento do sistema de educação superior. (GILOLO, 2008, p.855).

É possível afirmar que Giolo e Schwartzman (2008) apresentam questões coerentes ao Sinaes, e mesmo que existam questionamentos e críticas sobre a composição do índice e seus resultados estatísticos, deve-se considerar a qualidade como um processo em construção que depende da mobilização dos sujeitos envolvidos, sob a coordenação das comissões de avaliação, pois é indispensável a troca de experiências e que esta seja partilhada por todos os entes do sistema e não apenas por aqueles que apresentam salientes lacunas e insuficiências.

2.4 Dos agentes e instrumentos na qualificação dos acervos

A avaliação de cursos através do SINAES é realizada através da autoavaliação dos cursos e estudantes com a finalidade de melhoria da qualidade nas instituições de ensino superior apontando as potencialidades e fragilidades dos processos desenvolvidos na instituição para o alcance das metas e dos objetivos propostos pela instituição.

Os agentes responsáveis pelo processo interno de qualificação dos acervos da instituição são as coordenações de curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e a biblioteca. A cada um é demandada uma diretriz para alcance dos objetivos institucionais, o que torna cada representante na instituição um responsável formal no processo de avaliação externa de cursos, sendo eles: o coordenador de curso, o Núcleo Docente Estruturante e a biblioteca.

É nesse sentido que o coordenador de curso torna-se elemento fundamental no processo de avaliação externa em uma IES e está diretamente envolvido com o SINAES.

O coordenador de curso, que é um gestor acadêmico com atribuições na organização didático-pedagógica e na oferta de cursos e programas – presenciais e a distância, busca articular e gerenciar as ações acadêmicas do processo de ensino

e aprendizagem e ainda é o responsável por encaminhar as demandas administrativas oriundas do departamento e da coordenação de curso.

Suas atribuições no processo de qualificação do acervo se direcionam a integrar as tomadas de decisões no âmbito do curso diante das formalidades institucionais oriundas das políticas institucionais e dos procedimentos administrativos.

O Núcleo Docente Estruturante, criado pela Portaria n^o147, tem o objetivo de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. O NDE é caracterizado por ser o responsável pela formulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), sua implementação e desenvolvimento. Ele deve ser composto por professores com nível de pós-graduação *stricto sensu*, contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso e com experiência docente.

Esse grupo de professores possui como atribuição o acompanhamento do curso, sendo atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Político Pedagógico do curso, e devem ser formalmente indicados pela instituição. A existência de um grupo permanente de professores é entendida pela CONAES como um bom indicador da qualidade de um curso de graduação e um elemento de diferenciação quanto ao comprometimento da instituição com um bom padrão acadêmico (CONAES, 2010).

Os colegiados dos cursos superiores devem definir as atribuições e os critérios do NDE que devem atender aos seguintes requisitos: ser constituído por um mínimo de cinco professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu*; em regime de trabalho de tempo parcial ou integral; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% de tempo integral; assegurar estratégias de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar a continuidade no processo de acompanhamento do curso (CONAES, 2010).

A biblioteca tem sua principal responsabilidade na qualificação dos acervos no processo de desenvolvimento de coleções que envolve procedimentos de seleção e aquisição dos materiais indicados para constituírem o PPC.

É dessa forma que a biblioteca “atua como órgão de apoio informacional, dando suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, com seu acervo quer

centralizado ou descentralizado (bibliotecas setoriais). Seu objetivo provém da finalidade da própria universidade” (MIRANDA 2007, p.3).

Para o desenvolvimento dessas atividades, é utilizado como instrumento norteador para o planejamento e o desenvolvimento de coleções o Plano ou Política de Desenvolvimento de Coleções, pois, segundo afirma Vergueiro (1989, p.15), o “desenvolvimento de coleções é, acima de tudo, um trabalho de planejamento [...] trata-se de um processo que ao mesmo tempo, afeta e é afetado por muitos fatores externos a ele”, e como processo, é também ininterrupto, sem que se possa indicar um término.

A política de desenvolvimento de coleções é um instrumento e uma estratégia que traz solidez no processo de avaliação, pois considera, em linhas gerais, a identificação dos responsáveis pela seleção de materiais, os critérios utilizados no processo, os instrumentos auxiliares, as políticas específicas e os documentos correlatos.

Destaca-se ainda que a política de seleção tem caráter particular em cada instituição, visto que algumas possuem critérios bem detalhados e outras apenas padrões gerais de cada sistema, pois cada instituição deve analisar quais os critérios a serem utilizados, não existindo um padrão e sim uma orientação para a estruturação do documento que deverá ser revisada a cada dois anos pela Comissão de Biblioteca com a finalidade de garantir a sua adequação à comunidade acadêmica e aos objetivos da instituição (VERGUEIRO, 2010; ROMANI; BORSZCZ, 2006).

Romani e Borszcz (2006) recomendam que essa comissão seja composta por:

- a) 1 bibliotecário, responsável pela unidade de informação;
- b) 1 representante das principais áreas de atuação (ou departamentos acadêmicos) da instituição;
- c) 1 representante da área administrativa (setor de compras).

Trata-se de um documento formal, indispensável à realização da atividade de desenvolvimento de coleções, pois apresenta as necessidades reais informacionais de usuários ajustadas às possibilidades das instituições mantenedoras considerando o potencial documental, institucional, regional ou nacional de cada uma (WEITZEL, 2006, p.9).

A qualidade da aquisição dos materiais que irão compor o acervo dos cursos será o resultado da efetivação dos critérios definidos na política de seleção, que devem estar direcionados aos objetivos propostos pela instituição, pelo curso e pelo SINAES.

Assim, observa-se que a avaliação do acervo com vistas a sua qualificação caracteriza-se pela verificação dos procedimentos utilizados na instituição pelos agentes participantes do processo articuladamente sobre o que a biblioteca deveria possuir e não possui, e o que possui, mas não deveria possuir, tendo em vista fatores de qualidade e o que é proposto pelas políticas institucionais consolidadas no processo de desenvolvimento de coleções.

O desenvolvimento de coleções é um processo de planejamento composto por seis etapas interdependentes, que são: o estudo da comunidade, a política de seleção, a seleção, a aquisição, a avaliação, o desbastamento e o descarte.

Vergueiro (1989, p.19) faz importante consideração ao processo de desenvolvimento de coleções, já que esse é um processo que está presente por inteiro em todas as bibliotecas, mas não da mesma forma, pois de acordo com o tipo de biblioteca a ênfase dada a cada uma das etapas é determinada pelos objetivos institucionais, dos usuários e do tipo de coleção.

Quadro 7 – Etapas do processo de Desenvolvimento de Coleções em Biblioteca Universitárias.

TIPO DE BIBLIOTECA	OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	TIPO DE COLEÇÃO	ÊNFASE NO PROCESSO
Universitária	Apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão.	Livros e periódicos técnicos e científicos	Avaliação e Desbastamento

Fonte: Adaptado de Vergueiro (1989).

Evidencia-se que o processo de aquisição não é uma etapa isolada que se esgota em si mesma. Ela é antecedida pela identificação dos usuários a que se destina e pela elaboração da política a ser utilizada no seu desenvolvimento, para selecionar o material a ser adquirido.

O momento da seleção é visto como o momento compartilhado entre os setores desse processo. Os professores e coordenadores indicam as bibliografias e encaminham à biblioteca para a análise da seleção dos materiais indicados e que

estarão contemplados no PPC com total garantia de aquisição no mercado editorial e nos critérios definidos na política de seleção da instituição.

Uma boa avaliação da biblioteca é fundamental para a aprovação ou reconhecimento do curso, pois de acordo com Baptista; Ruenda e Santos (2008, p.2), a biblioteca “se constitui o universo de todos os cursos, onde o aluno, pesquisador e professor têm acesso à literatura desejada, capaz de produzir conhecimentos e novas perspectivas”.

Porém, para que essa literatura seja considerada de qualidade é necessário considerar alguns critérios de seleção como a relevância, a confiabilidade, a atualidade, a acessibilidade e a precisão do acervo, que devem ser ajustados de acordo com as expectativas dos usuários, pois o valor da informação está vinculado à utilidade que ela apresenta para o público a que se destina (MIRANDA, 2007).

Os critérios de seleção encontrados na literatura para o desenvolvimento do acervo em bibliotecas universitárias são:

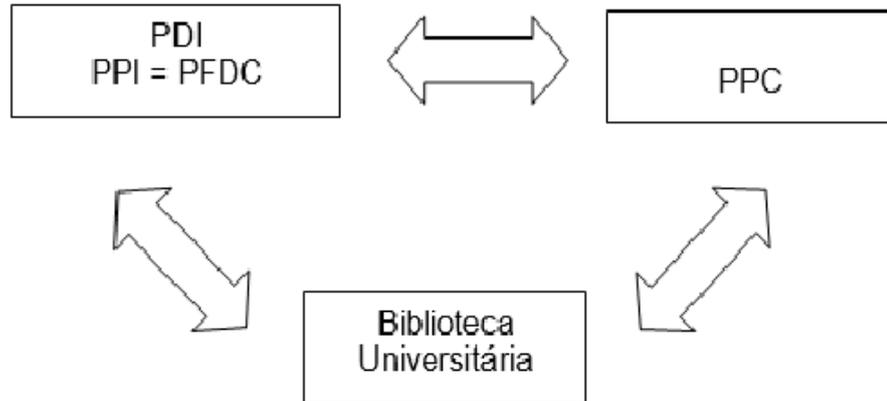
- a) adequação do material às ementas e ao projeto pedagógico dos cursos;
- b) autoridade do autor e/ou editor;
- c) atualidade técnico-científica dos conteúdos;
- d) cobertura/tratamento;
- e) custo justificado;
- f) idioma acessível;
- g) relevância/interesse acadêmico-científico;
- h) número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- i) condições físicas do material (MIRANDA, 2007, p. 8).

Os critérios estabelecidos na política de desenvolvimento de coleções em articulação ao projeto político institucional se complementam através das informações institucionais que fornecem subsídios para a elaboração dos projetos políticos de cursos e suas atualizações.

Portanto, existe um fluxo das políticas institucionais e procedimentos para a qualificação dos acervos no processo de formação e desenvolvimento de coleções, pois o PDI, na sua constituição, recebe informações da Biblioteca como recurso de infraestrutura, tais como: número de unidades existentes, bibliotecários, horário de funcionamento, número de títulos e exemplares existentes no acervo, produtos e

serviços ofertados a serem considerados nos eixos ensino, pesquisa e extensão, para apoiar o desenvolvimento e criação de novos cursos (PDI, 2012).

Figura 3 – Fluxo Informacional das políticas institucionais.



O PPI está contido no PDI e traduz as concepções institucionais em suas práticas acadêmicas, sendo eixo norteador para a criação dos PPC e suas diretrizes curriculares. Ele utiliza as informações da biblioteca na concepção dos cursos, sendo um direcionador da infraestrutura existente, indicando um caminho real das necessidades entre os agentes responsáveis através das informações presentes nas políticas institucionais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo foi desenvolvida a caracterização desta pesquisa, em seguida delineiam-se os procedimentos utilizados na construção e alcance dos objetivos.

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa como atividade de busca, indagações e investigação permite, através da ciência, a elaboração de um conhecimento, visando à construção e compreensão da realidade, sendo, portanto, uma ação para a solução de problemas.

A pesquisa tem uma intenção já estabelecida que é a própria construção da ciência, possibilitando a compreensão e transformação de dada realidade, bem como estabelece o sujeito (pesquisador) e seu objeto (tema/problema), considerando que ambos estão inseridos em dado contexto demarcado histórica e socialmente, imbuídos de um conjunto de valores, ideologias e concepções.

Esta pesquisa está classificada quanto à sua natureza como pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos (GIL, 1996).

Quanto aos objetivos, é uma pesquisa exploratória, pois visa desenvolver temas de pesquisas que ainda não se encontram bem definidos, ou que ainda não tenham suscitado na literatura todas as variáveis pertencentes ao processo. Além disso, observa-se que a teoria encontrada na literatura ainda não está totalmente definida e que ainda existem variáveis que influenciam na aplicação/prática de um determinado contexto (MARCONE; LAKATOS, 2007). De acordo com Silva (1996), este tipo de pesquisa visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou construir hipóteses.

Trata-se de uma abordagem mista, quali-quantitativa, buscando complementar-se e suprir a carência que um ou outro possa apresentar referente às questões levantadas. Esse método proporciona o uso e a combinação das duas abordagens em um estudo, possibilitando resultados bem validados e substanciados (CRESWELL, 2010).

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, sendo uma estratégia de pesquisa que busca analisar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto individual, tendo como finalidade aprofundar

a descrição de determinada realidade, fornecendo conhecimento aprofundado. (TRIVIÑOS, 2007; YIN, 2010).

A análise dos cursos foi realizada por meio de um protocolo único de pesquisa evidenciando a realidade institucional, o que possibilitará identificar na investigação pontos convergentes e divergentes nas ações realizadas, possibilitando descrever as práticas nos procedimentos de qualificação do acervo dos cursos.

3.2 Contexto do estudo

Este estudo tem sua origem nas demandas dos cursos de graduação e do Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que possui como missão:

Gerar, ampliar, difundir e preservar ideias e conhecimentos nos diversos campos do saber, propor soluções visando ao desenvolvimento intelectual, humano e sócio-cultural, bem como à melhoria de qualidade de vida do ser humano em geral e situar-se como centro dinâmico de desenvolvimento local, regional e nacional, atuando mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, no aproveitamento das potencialidades humanas e da região e na formação cidadã e profissional, baseada em princípios humanísticos, críticos, reflexivos, investigativos, éticos e socialmente responsáveis (UFMA, 2013, p.12).

A Universidade Federal do Maranhão foi fundada em 1958 e reconhecida em 1961, em um cenário comum no Brasil, que se deu com a união das já existentes faculdades federais de Direito, Farmácia e Odontologia, às faculdades de Filosofia, Serviço Social, Enfermagem e Ciências Médicas.

Atualmente, a UFMA tem como finalidade atender as necessidades e desejos da comunidade, principalmente a maranhense, no que tange à formação de nível superior dos profissionais de diferentes áreas, com significativa contribuição para o estado, contribuindo assim para seu desenvolvimento.

Os seus objetivos institucionais estão contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e definidos em seu Estatuto que são:

- a) Ministrando educação em nível superior;
- b) Produzir, sistematizar e socializar o conhecimento;
- c) Desenvolver, de forma plural, um processo formativo em diferentes campos do saber;
- d) Desenvolver e difundir a pesquisa científica;
- e) Estimular o aperfeiçoamento cultural e profissional;
- f) Desenvolver extensão como processo educativo, cultural e científico (UFMA, 2013, p.12).

Ao descrever os objetivos institucionais, observa-se que a UFMA tem centrado em seus objetivos o ensino, a pesquisa e a extensão.

No âmbito do ensino, em 2012, a UFMA ofertou à comunidade maranhense 48 cursos na modalidade presencial em São Luís e 23 nos diferentes *campi* do continente, localizados nos municípios de Imperatriz, Codó, Pinheiro, Bacabal, Chapadinha, Grajaú e São Bernardo, atuando também em vários outros municípios em parcerias com as prefeituras, especialmente na formação de professores (UFMA, 2013).

A oferta de cursos e sua expansão em todo o estado têm sido proporcionadas devido à adesão dessa IFES ao Programa de Apoio a Planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI), aprovado pela Resolução nº 104, de 30/11/2007, do Conselho Universitário – CONSUN.

A expressiva expansão das vagas do ensino de graduação e as medidas de estruturação apresentadas para a melhoria da qualidade acadêmica significaram um grande esforço institucional, dirigido para a realização da missão da universidade que é a promoção da produção do conhecimento, reafirmando seu compromisso com a justiça social, a democracia e a cidadania na sociedade brasileira e ainda representada na síntese de sua vocação para a inserção regional expressa no compromisso da atual gestão: “a universidade que cresce com inovação e inclusão social” (UFMA, 2011).

O Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB), criado no dia 2 de fevereiro de 2004 pela Resolução nº 73/2004 - CONSUN, possui 13 Unidades Setoriais ativas, distribuídas no *campus* São Luís (Biblioteca Central, de Enfermagem, de Medicina, do LABOHIDRO, do COLUN, de Pós-graduação em Ciências Exatas/Tecnologia, de Pós-graduação em Ciências Sociais e de Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente) e nos *campi* do interior do estado em Imperatriz, Chapadinha, São Bernardo, Bacabal e Codó (UFMA, 2013).

Os serviços de Informação aos usuários realizados são o de circulação de acervo (empréstimo/renovação/devolução), reserva de material bibliográfico, espaço com equipamentos para acessibilidade, consulta à base de dados local, consulta à base de dados eletrônica, comutação bibliográfica, normalização de documentos técnico-científicos, levantamento bibliográfico e visitas orientadas em todas as suas unidades. Os serviços de seleção e aquisição do acervo, periódicos e processos

técnicos são centralizados e atendem à demanda de todas as unidades do núcleo. O seu quadro de recursos humanos é constituído de 34 bibliotecários e 10 outros técnicos distribuídos em suas unidades; e conta, ainda, com aproximadamente 50 alunos bolsistas (UFMA, 2011).

A unidade central é responsável pela direção administrativa e de serviços que tem como função atender a toda comunidade acadêmica na oferta dos materiais informacionais de atendimento aos cursos e à comunidade.

A UFMA, nos últimos sete anos, tem se expandido com a oferta de mais vagas e cursos. Com isso, a universidade, naturalmente, recebe a avaliação *in loco*. Assim, os cursos selecionados para objeto desta pesquisa encontram-se entre os que passaram por processo de reconhecimento nos últimos três anos, visando identificar as causas da problemática evidenciada na pesquisa em busca de uma solução para o problema apresentado.

O *campus* do Bacanga em São Luís teve avaliações externas para reconhecimento nos cursos de Engenharia Química, Administração, Teatro e Música; o *campus* de Imperatriz, nos cursos de Enfermagem, Pedagogia, Comunicação Social - Jornalismo, Engenharia de Alimentos e Direito; o *campus* de Chapadinha, nos cursos de Agronomia, Zootecnia e Ciências Biológicas - bacharelado; e o *campus* de Codó, no curso de Informática - licenciatura (Quadro 7).

Quadro 8 – Cursos avaliados para reconhecimento de curso de 2010 a 2013 em todos os *campi*.

	São Luís	Imperatriz	Chapadinha	Codó
Cursos	Engenharia Química	Enfermagem	Agronomia	Informática – Licenciatura
	Administração	Pedagogia	Zootecnia	
	Teatro	Comunicação Social – Jornalismo	Ciências Biológicas – Bacharelado	
	Música	Engenharia de Alimentos		
		Direito		

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir desse cenário, originam-se os critérios de inclusão e exclusão dos cursos a serem objetos deste estudo, incluindo apenas os cursos do *campus* de São Luís: Engenharia Química, Administração, Teatro e Música, por ser o *campus* sede localizado junto a administração acadêmica da IFES e por conveniência geográfica para coleta dos dados pela pesquisadora, os quais apresentam as seguintes características acadêmicas conforme seus PPC.

O curso de engenharia química funciona nos turnos matutino e vespertino, em regime semestral, sistema de crédito, com sessenta vagas ofertadas anualmente, vinculado ao Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. O tempo médio do curso está integralizado em um tempo médio de dez semestres e no máximo de 15 semestres letivos, com carga horária de 4.050 horas equivalentes a 237 créditos distribuídos em 3.750 horas em disciplinas teórico-práticas, 180 horas de estágio supervisionado e 120 horas em atividades complementares, de acordo com o Decreto 5.770/06 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O curso de Administração foi criado em 2005, tendo seu parecer aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) em 2006. Ele oferta cem vagas anualmente, possuindo em sua estrutura curricular oito semestres com duração mínima de quatro anos e sua integralização máxima de seis anos. O curso está vinculado ao Centro de Ciências Sociais (CCSo).

O curso de Teatro funciona no turno matutino, em regime semestral, com trinta e seis vagas ofertadas anualmente, com entrada única no primeiro semestre, possuindo em sua estrutura curricular oito semestres com duração mínima de quatro anos e sua integralização máxima de seis anos. Esse curso está vinculado ao Centro de Ciências Humanas (CCH).

O Curso de Música, criado em 2006, oferece vinte e cinco vagas anuais, e tem seu funcionamento no turno matutino. A carga horária total do curso é de 3120 horas, o tempo mínimo de oito e máximo de doze semestres para integralização do curso. Ele está vinculado ao Centro de Ciências Humanas.

3.3 População e sujeitos da pesquisa

A população da pesquisa se constitui dos 51 professores vinculados aos cursos de Engenharia Química, Administração, Teatro e Música do *campus* do

Bacanga em São Luís. Os sujeitos da pesquisa são os coordenadores de curso e a direção do NIB.

A escolha dos sujeitos e da população firma-se na pesquisa pelo fato de os coordenadores, professores e biblioteca serem os principais atores da instituição que participam de todos os processos avaliativos do SINAES e por serem os agentes de articulação principal no interesse da pesquisa que é a qualificação dos acervos.

Os critérios de inclusão dos participantes nesta pesquisa são todos os coordenadores dos cursos avaliados por reconhecimento de cursos nos últimos três anos, os professores dos departamentos e a direção da biblioteca.

No período de coleta, dos quatro coordenadores de curso que concordaram em participar da pesquisa, apenas três estavam presentes no momento de avaliação do curso na função de coordenador e apenas um não estava na coordenação na época, mas participou do processo de avaliação internamente no curso e da comissão de recebimento dos avaliadores com conhecimento de todo o processo vivenciado. Portanto, foram entrevistados os quatro coordenadores de curso e a diretora da biblioteca.

Quanto aos questionários, dos 51 distribuídos aos professores dos cursos (identificados por meio de lista atualizada de docentes vinculados entregues pelos departamentos), apenas 32 retornaram. Desses, apenas um foi invalidado por apresentar preenchidas apenas as questões referentes ao perfil.

Os coordenadores e a direção da biblioteca apresentam o seguinte perfil: faixa etária entre 35 e 56 anos; três são do sexo feminino e dois do sexo masculino; quatro são mestres e um mestrando; e estão entre um e seis anos na coordenação do curso e/ou direção da biblioteca.

Os professores dos cursos participantes somam cinquenta e um professores, distribuídos da seguinte forma: Curso A, vinte e dois professores; Curso B, oito professores; Curso C, sete professores; e Curso D, dez professores.

Os professores apresentam o seguinte perfil: dos 31 respondentes validados, 41,0% correspondem a 13 professores que se encontram na faixa etária de 36 a 45 anos; 19,4% correspondem a seis respondentes que se encontram em duas faixas etárias de 26 a 35 anos e 56 a 65 anos; relativos a 12,9%, há quatro respondentes de 46 a 55 anos; e há um representante em cada faixa etária de até 25 anos e mais de 65 anos, correspondendo a 3,2% cada.

3.4 Aspectos éticos

Considerando que este estudo é uma pesquisa de cunho exploratório que tem sua origem nas demandas do Núcleo Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão, que é submetida à avaliação externa de cursos, torna-se necessária a tramitação para garantir a idoneidade desta pesquisa e seus aspectos éticos.

Nesta pesquisa, os Instrumentos de Coleta de Dados (Apêndices 1 e 2), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice 3), e o Termo de Confidencialidade (Apêndice 4) seguiram todos os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que regulamenta a ética na pesquisa com seres humanos e suas demais normas complementares.

Ressalta-se que todos os participantes tiveram os esclarecimentos necessários sobre a pesquisa. Além disso, os pesquisados terão acesso aos dados coletados, os quais ficarão armazenados durante o período de cinco anos, após os quais serão incinerados. Será assegurado, também, o sigilo de identidade do participante no momento da publicação dos resultados do estudo.

Após aprovação no exame de qualificação do Programa de Mestrado em Administração, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas da UFSM, reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), sendo aprovado.

As entrevistas realizadas foram agendadas por telefone e *e-mail* de acordo com a disponibilidade de dia, local e horário do coordenador/diretor. Ao iniciar a entrevista, a pesquisadora reforçou o objetivo da pesquisa aos participantes e como já existia a concordância prévia da participação dos mesmos foi lembrando que a qualquer momento eles poderiam desistir da participação sem quaisquer sanções, sendo-lhes garantido o anonimato.

As entrevistas foram gravadas em aparelho tipo MP3, transcorrendo tranquilamente e de acordo com o roteiro estabelecido para a pesquisa. A transcrição foi realizada pela pesquisadora, que preencheu o roteiro de entrevista, com garantia do anonimato, pois os sujeitos da pesquisa foram identificados com a letra maiúscula “E” de entrevista ou entrevistado, seguida da numeração crescente da entrevista.

A coleta de dados aconteceu após a aprovação da pesquisa pelo comitê de ética, sendo primeiramente realizadas as entrevistas no período de março e abril de 2014, e em seguida a aplicação dos questionários de abril a junho de 2014.

3.5 Instrumentos de coleta e análise dos dados

Esta pesquisa compreende a análise de estudo de caso que envolve os cursos de Engenharia Química, Administração, Teatro e Música da Universidade Federal do Maranhão, possuindo duas dimensões: qualitativa e quantitativa.

Segundo Yin (2010), a análise dos dados consiste em examinar, categorizar, combinar ou testar evidências qualitativas ou quantitativas relacionadas aos objetivos levantados.

A dimensão qualitativa desta pesquisa foi desenvolvida através da entrevista com os coordenadores de curso e a direção da biblioteca, pois ambos vivenciam as necessidades e problemáticas apresentadas na prática para a atualização dos acervos; e a dimensão quantitativa através de questionários aplicados aos professores vinculados aos cursos para verificação e análise dos procedimentos utilizados quanto à qualificação do acervo.

Com as entrevistas, conheceram-se as opiniões dos coordenadores e da direção da biblioteca sobre as ações para qualificação do acervo, permitindo à pesquisadora identificar e descrever as realidades individualizadas de cada curso e da biblioteca. Assim, evidenciaram-se as ações existentes entre os atores participantes da pesquisa, identificando as ações e os procedimentos na qualificação dos acervos e estabelecendo as relações existentes.

Os dados dos sujeitos da pesquisa foram obtidos por meio de entrevista através do roteiro semiestruturado, composto de cinco questões distintas que nortearam a pesquisa com vistas a atingir o objetivo proposto.

A análise documental foi desenvolvida através dos documentos institucionais: Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos e os Resultados das Avaliações Externas de cursos com vistas a identificar as considerações levantadas pelos avaliadores do Instituto Nacional de Pesquisa em Educação Anísio Teixeira (INEP) nos indicadores referentes às bibliografias básica, complementar e periódicos, culminando na elaboração do panorama das avaliações externas na UFMA.

Na dimensão quantitativa, a população alvo deste estudo foram os professores vinculados aos cursos de graduação que receberam avaliação externa nos últimos três anos (2010 – 2013). Foram quantificados por meio de um levantamento junto às coordenações de curso por listas recebidas via *e-mail*, com os contatos de cada um.

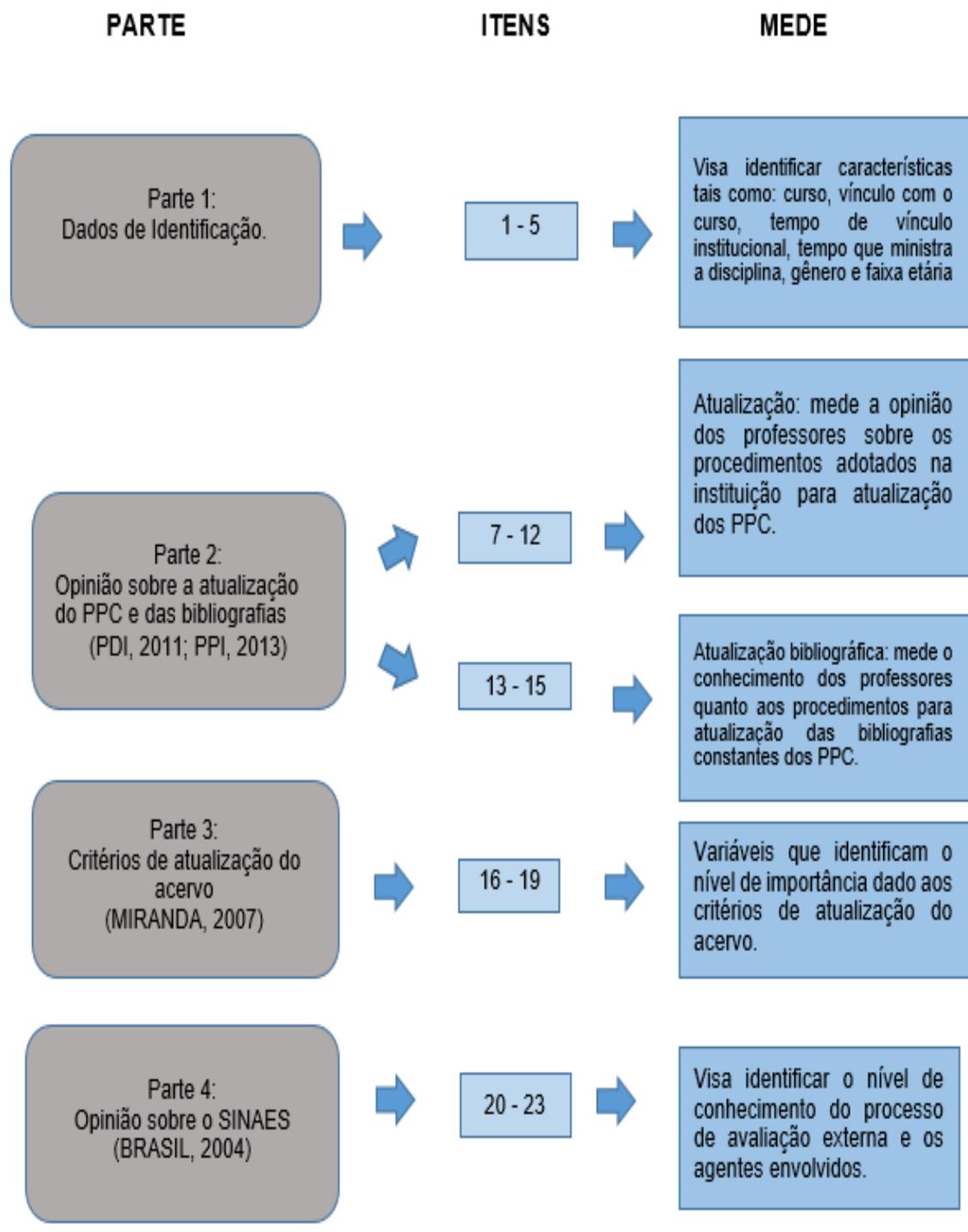
O questionário teve o objetivo de identificar as características da atualização dos acervos utilizados pelos professores, através do conhecimento sobre a atualização do PPC, responsabilidades e ações conhecidas por eles no que diz respeito às ações que são realizadas nos cursos para encaminhamento de solicitação de aquisição e atualização de acervo para a biblioteca.

Para a realização do pré-teste para avaliar a compreensão e a coerência das questões contidas no roteiro de entrevista e nos questionários, foram convidados a participar seis especialistas, sendo dois bibliotecários mestres, dois docentes doutores em administração, um docente mestre em linguística e um técnico-administrativo, todos integrantes do processo de avaliação institucional. Após análise e considerações foram definidas as questões das entrevistas e dos questionários.

De acordo com Gil (2002), o questionário é constituído por itens fechados e consiste em um conjunto de questões que são respondidas, por escrito, pelo pesquisado. Para desenvolvimento desta pesquisa, o questionário foi estruturado com em escala do tipo LIKERT, com variação de 5 pontos (1 – Discordo plenamente, 2 – Discordo em parte, 3 – Indiferente, 4 – Concordo em parte, 5 – Concordo Plenamente).

A primeira parte do questionário denominada perfil docente é composta por seis questões: curso, vínculo com o curso, tempo de vínculo institucional, tempo que ministra a disciplina, gênero e faixa etária. A segunda parte do questionário denominada “Opinião para atualização do PPC” é constituída de nove questões referentes aos procedimentos tomados pelo curso na atualização do PPC e das bibliografias. A terceira parte, denominada critérios de atualização do acervo com quatro questões. A quarta parte denominada “Opinião sobre o SINAES e os indicadores referentes à biblioteca”, possui quatro questões que buscam identificar o nível de conhecimento do processo de avaliação externa e os agentes envolvidos na identificação de mérito e valor nos processos realizados no curso.

Figura 4 – Representação do questionário.



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados obtidos por meio do questionário foram analisados através de estatísticas descritivas simples, depois eles foram combinados com os dados coletados nas entrevistas e nos relatórios de avaliação com o objetivo de identificar

as ações nos procedimentos utilizados no processo de atualização dos acervos evidenciando as relações entre os agentes e os participantes.

Para a análise de confiabilidade dos dados, foi realizado o teste de Alfa de Cronbach nos 18 itens do questionário apresentando-se de forma confiável com um Alfa de Cronbach de 0,873.

Para consolidação dos procedimentos utilizados nesta pesquisa, foram adotados alguns procedimentos para a análise, com base nos objetivos específicos propostos. No Quadro 9, são apresentados os procedimentos de análise para os respectivos objetivos.

Quadro 9 – Análise dos dados por objetivo

OBJETIVOS	ANÁLISE DE DADOS
Apresentar o panorama das avaliações externas da UFMA, identificando os conceitos referentes à biblioteca nos cursos avaliados nos últimos três anos;	Análise documental.
Identificar as opiniões dos coordenadores, professores e biblioteca sobre suas ações para qualificação do acervo;	Cálculo de estatísticas descritivas; Análise de frequência.
Levantar os procedimentos para qualificação do acervo realizados pelos professores, coordenadores e biblioteca;	Cálculo de estatísticas descritivas; Análise de frequência.
Desenvolver metodologia de análise de acervo bibliográfico de graduação como subsidio para a gestão universitária na busca da melhoria da qualidade acadêmica do curso;	Análise documental; Análise das entrevistas; Análise de estatística descritiva dos questionários;
Contribuir com o conhecimento da problemática da biblioteca universitária como acervo crítico à problemática da educação superior brasileira e em particular para a UFMA.	Discussão teórica apresentada a problemática.

3.6 Desenho da Pesquisa

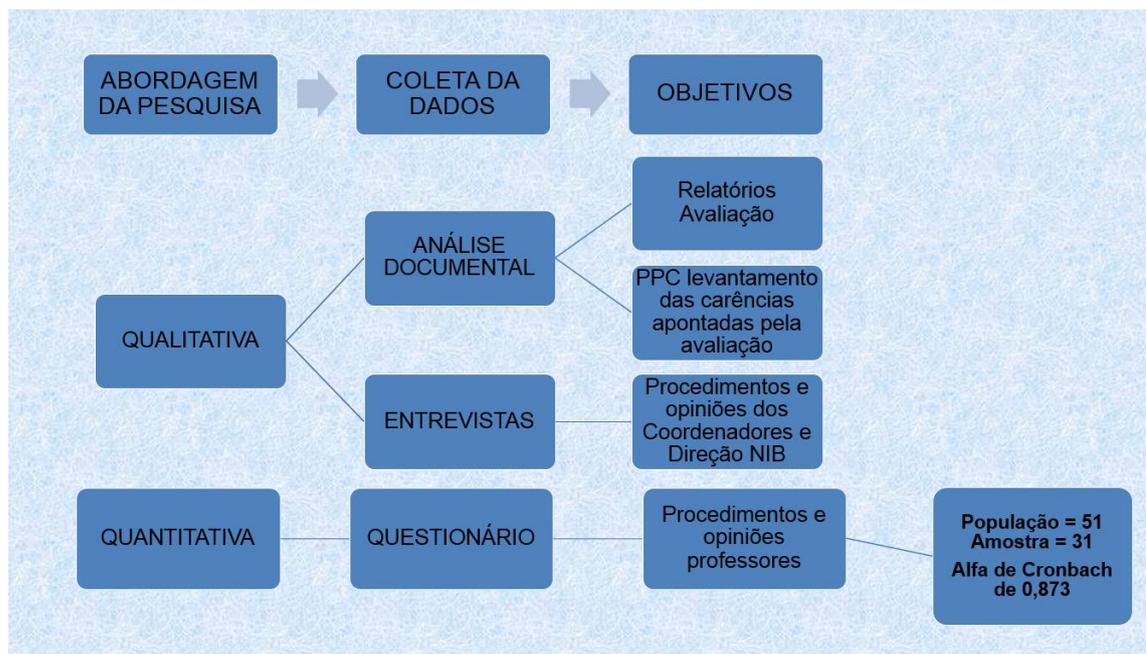
Para melhor compreensão das etapas desenvolvidas na pesquisa apresenta-se a fase desenvolvidas em três momentos distintos que são a formulação da pesquisa (fase 1), a execução (fase 2) e a análise dos dados (fase 3) apresentados no quadro 10.

Quadro 10 – Fases da pesquisa

FASES DA PESQUISA	
FASE 1 Formulação	<ul style="list-style-type: none"> Definição do problema de pesquisa, justificativa e objetivos; Marcos Teóricos
FASE 2 Execução	<ul style="list-style-type: none"> Definição de estratégias e métodos de pesquisa; Caracterização dos sujeitos e da população; Aspectos éticos e definição da coleta de dados.
FASE 3 Análise	<ul style="list-style-type: none"> Coleta e análise de dados; Resultados; Conclusões e limitações do estudo.

Apresenta-se na figura 4 as etapas desenvolvidas na pesquisa de acordo com as abordagens e metodologias utilizadas para o alcance dos objetivos propostos.

Figura 5 – Síntese da pesquisa



4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Neste capítulo foi desenvolvida a descrição e análise dos dados obtidos com a pesquisa e encontram-se sistematizados em três etapas a primeira parte (item 4.1) apresenta o panorama das avaliações dos cursos pesquisados, a segunda parte (item 4.2) descreve as opiniões dos professores, coordenadores e diretora da biblioteca sobre suas ações para qualificação do acervo e a terceira parte (item 4.3) descreve os procedimentos utilizados pela biblioteca.

4.1 O panorama das avaliações externas da UFMA

Os quatro cursos que constituem esta pesquisa são apresentados como Curso A, Curso B, Curso C e Curso D. Desses cursos, dois pertencem à área de ciências humanas, um à área de ciências sociais e um à área de ciências exatas.

Para aprovação e oferta dos cursos, todos possuem aprovação para a sua criação e os respectivos projetos pedagógicos através de resoluções aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão conforme previsto no Regimento Geral da Universidade Federal do Maranhão. As resoluções constam nos processos de criação de cada curso.

Os cursos avaliados estão no *Campus I* – Bacanga, localizados nos Centros de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Exatas e Tecnológicas. Dois dos cursos tiveram seus processos avaliativos realizados no ano de 2010, os outros dois foram realizados um em 2011 e o outro em 2012 através dos atos regulatórios de reconhecimento de curso. As comissões de avaliação constituídas para esses processos eram formadas por dois avaliadores, tendo sido um deles designado como coordenador da comissão.

Em geral, os quatro cursos apresentam, segundo as colocações dos avaliadores *in loco*, organização pedagógica coerente com as diretrizes institucionais contidas no PDI e suas políticas (PPI e PPC). Esse é o primeiro panorama existente nos relatórios de avaliação, que é apresentado a seguir.

Os projetos pedagógicos dos cursos como documentos base de informação e concepção do curso “[...]” são considerados muito bons, pois apresentam

consonância com o PDI e suas políticas institucionais, sendo ainda coerentes com as DCN previstas” (INEP, Relatório CURSO A, 2010, p.7).

A comissão de avaliação, após procedimentos preliminares, “[...] buscou obter informações sobre a instituição de ensino, bem como do curso objeto do reconhecimento, mostrando que houve coerência entre o que foi verificado e as leituras prévias do PPC e do PDI” (INEP, Relatório CURSO B, 2010).

Esta comissão relata ainda que tanto o PPC quanto o PDI possuem aspectos negativos. Quanto aos aspectos positivos, destaca-se o desenvolvimento da região e o aumento da demanda por cursos superiores, inclusive o curso, por ser de uma instituição pública, oferecido no município. Existindo boa interdisciplinaridade na matriz curricular, bem como sua adequação às necessidades e características da região. Quanto aos aspectos de maior fragilidade verificados *in loco* é que realmente o quadro docente possui alta rotatividade, principalmente por não haver ainda muitos concursados, o que prejudica o andamento do curso, com a contratação de professores substitutos (INEP, Relatório CURSO B, 2010, p.3).

O curso C após avaliação *in loco* apresenta articulação entre a gestão institucional e a gestão do curso. As políticas institucionais para o curso, constantes do PDI, estão implementadas. A implementação do curso atende ao perfil do egresso, respondendo aos objetivos propostos expressando compromisso em relação ao ensino. Os conteúdos curriculares são relevantes, atualizados e coerentes com os objetivos do curso e perfil do egresso, ressaltando o compromisso da metodologia com o desenvolvimento do espírito científico e com formação de sujeitos autônomos e cidadãos (INEP, Relatório CURSO C, 2010, p.4).

O curso D apresenta na sua organização didático-pedagógica insuficiente articulação entre a gestão institucional e a gestão do curso, as políticas institucionais para o curso, constantes do PDI, estão insuficientemente implementadas. A efetiva implementação do curso demonstra suficiente atendimento ao perfil do egresso proposto. Os conteúdos curriculares são suficientemente relevantes, atualizados e coerentes com os objetivos do curso e com o perfil dos egressos, no entanto, ainda não ofertam a disciplina libras. A metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades do curso está suficientemente comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos (INEP, Relatório CURSO D, 2010, p.5).

O PDI e o PPI como documentos preponderantes e norteadores do processo de articulação da gestão na instituição são analisados antecipadamente pela comissão constituída para avaliação do curso através de sua disponibilização no portal e-MEC, possibilitando uma contextualização prévia da visita a partir dos compromissos constantes nos planos e políticas institucionais, atendendo ao

disposto na LDB, quando garante “às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão patrimonial” (BRASIL, 2013, p. 7).

Portanto, os resultados alcançados nos indicadores de cada dimensão são consolidados a partir desses instrumentos essenciais na articulação da gestão institucional e de curso.

Apresentados os panoramas das diretrizes institucionais e suas políticas de acordo com a avaliação *in loco*, apresenta-se o panorama dos resultados alcançados nos indicadores referentes à biblioteca, pois os PPC apresentam a matriz curricular do curso e seus desdobramentos no ementário com as bibliografias básica e complementar e os periódicos.

Tabela 1 – Conceitos da Avaliação Externa de Cursos Graduação

CURSOS	Bibliografia Básica	Bibliografia Complementar	Periódicos
A	5	4	5
B	3	2	3
C	3	2	3
D	3	3	3

Fonte: Relatórios de Avaliação MEC dos cursos (2010 – 2013).

Os conceitos alcançados pelos cursos avaliados, no geral, representam as condições de ensino ofertadas pela IFES; as dimensões analisadas e verificadas pelos avaliadores do INEP, tomando por base o PDI, o PPI e o PPC; os documentos apresentados; e as entrevistas *in loco* realizadas pela comissão constituída para cada curso.

Observa-se no panorama geral que dos quatro cursos de graduação presenciais avaliados nesse período apenas um, o Curso A, alcançou nota máxima, representada pelo conceito 5, nos indicadores da bibliografia básica e periódicos.

A bibliografia básica do Curso A alcançou o conceito 5, de acordo com os avaliadores da comissão constituída, pois “atende o curso de modo bem satisfatório”. Ressalta-se que os indicadores de bibliografia básica, complementar e periódicos são considerados de modo satisfatório, pois apresentam condições boas, envolvendo todos os aspectos, incluindo a aquisição de novos títulos (INEP, Relatório Curso A, 2010, p.10).

Seguindo os critérios de avaliação relativos à bibliografia básica presentes nos instrumentos de avaliação dos cursos pelo INEP e em atendimento aos indicadores e conceitos, observa-se que a nota máxima 5 é alcançada

[q]uando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) atende aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até seis alunos para cada turma, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES (INEP, 2010, p. 14).

Os Cursos B, C e D na bibliografia básica e periódicos receberam conceito 3 na avaliação *in loco*, seguindo o disposto nos critérios de análise dos indicadores de que esse deverá ser o conceito atribuído

[q]uando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) atende aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até dez alunos para cada turma, e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES (INEP, 2010, p.11).

O conceito 4 foi aplicado ao Curso A na bibliografia complementar de acordo com o critério de análise, pois não está atendido de modo bem satisfatório, mantendo um conceito de qualidade próximo à excelência, considerando o instrumental do INEP.

Quando o acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) atende aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até oito alunos para cada turma, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES (INEP, 2010, p. 14).

Os Cursos B e C obtiveram o conceito 2 na bibliografia complementar, ficando aquém do esperado, pois “não atendem suficientemente ao número de exemplares bem como na maioria das disciplinas não são indicadas mais que três obras” (INEP, Relatório Curso B, 2010, p.7). Sendo esse o conceito previsto aos cursos “quando o acervo atende, insuficientemente, às indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas” (INEP, 2010, p.14). Observa-se que ambos os casos o atendimento as bibliografias foram comprometidas em função da própria elaboração do projeto dos cursos, pois estes não continham a indicação do quantitativo de obras mínimas bem como as existentes não atendiam ao número de exemplares previsto para o quantitativo de alunos existente.

O Curso D alcançou o conceito mínimo de qualidade, o conceito 3, na bibliografia complementar, pois “o acervo atende, suficientemente, às indicações

bibliográficas complementares, referidas aos programas das disciplinas (mínimo de 5 bibliográficas), referidas nos programas das disciplinas” (INEP, 2010, p. 14)

Nos indicadores com referência aos periódicos especializados, os Cursos B, C e D receberam o conceito 3, uma vez que “há um número suficiente de periódicos considerados científicos, os demais são de caráter informativo, sendo a assinatura corrente do último ano” (INEP, 2010, p.15). Esse conceito é atribuído:

Quando existe assinatura e renovação de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, que estão atualizadas, em sua maioria, no último ano, e abrangem as principais áreas temáticas e estão distribuídos entre as principais áreas do curso (INEP, 2010, p.15).

Nas avaliações dos Cursos A, C e D no aspecto de periódicos especializados, é descrito como fator positivo pelos avaliadores o uso do Portal de Periódicos Capes como instrumento de acesso aos periódicos especializados utilizados pelos cursos.

De modo geral, percebe-se pela avaliação *in loco* dos cursos que os indicadores com referência ao acervo dos cursos alcançam um nível de qualificação apenas “mínima” em três dos cursos pesquisados. Certamente a Universidade não se organiza para ser “mínima” nas suas coisas importantes como nos demonstra o curso A que alcançou conceito de excelência.

É evidenciado, ainda, que em termos de bibliografia complementar alguns cursos nem sequer possuem a qualidade “mínima”. São insuficientes segundo conceitos obtidos. Estes conceitos indicam como é a questão da biblioteca na UFMA. As bibliografias complementares apresentam ainda outros pontos negativos quanto ao quantitativo de exemplares e quanto ao documento base dos cursos que não contemplam em suas disciplinas o mínimo de cinco bibliografias como recomendado.

Certamente tal situação não se deve apenas a falta de recursos financeiros para a compra de livros como se possa inferir, pois é de responsabilidade de sua “mantenedora” o MEC. Possivelmente dependa de questões internas de gestão acadêmica, de comprometimento e responsabilidade. Foi isto que este estudo procurou verificar e que a seguir tem os resultados apresentados e discutidos.

4.2 Opiniões dos coordenadores, professores e bibliotecários sobre suas ações para qualificação do acervo

A elaboração deste tópico deu-se logo após a transcrição das informações obtidas nas entrevistas. Primeiramente, as entrevistas foram analisadas individualmente e em seguida em conjunto. Nesse momento de análise, o objetivo foi organizar as respostas, identificando quais eram convergentes e quais eram divergentes, buscando as identificar as ações realizadas pelos cursos de modo a reuni-las.

As categorias de análise foram criadas a partir das ações dos agentes institucionais para a qualificação do acervo por meio das questões norteadoras apresentadas nas entrevistas.

Foram criadas, então, as seguintes categorias: procedimentos dos cursos com a biblioteca e critérios de qualificação do acervo (biblioteca e SINAES).

No que se refere à categoria procedimentos, associado à qualificação do acervo do curso, os relatos evidenciam as ações destinadas à concepção e atualização das bibliografias constantes do PPC no âmbito do curso.

Os relatos mostram como foi a participação da biblioteca no processo de concepção do PPC em relação às bibliografias constantes no documento base para aprovação interna em consonância com os procedimentos institucionais e o processo de avaliação SINAES.

Os coordenadores de cursos e a biblioteca evidenciam como acontece a participação da biblioteca no âmbito dos cursos, revelando que no momento da construção e atualização do PPC nos cursos analisados não existe a participação da biblioteca, até o momento em que foi realizada esta pesquisa. Os relatos mostram a participação da biblioteca como receptora das indicações sugeridas nas disciplinas, como se destaca a seguir:

Para a construção do projeto não, na realidade o PPC sempre foi feito anteriormente por uma comissão que foi criada e depois ele é revisto pelo e-MEC. Não, o que é utilizado é o professor da disciplina pelo conhecimento que ele tem dos livros que são indicados. Não é solicitado a ninguém, nenhum bibliotecário para isso pelo departamento, não há necessidade (EB).

Honestamente, eu acho que é a pela primeira vez que a gente falou de renovação de projeto foi no início do ano passado, – onde foi a formação do NDE...eu não lembro, eu não sou do NDE, estou aí há 1 ano, nesse período eu não lembro de ter ouvido nenhuma notícia dessa participação direta, nenhum convite que você está sugerindo que eu acho até que realmente é muito importante, nós naquela época nos detivemos a reestruturar o curso vendo aonde ele estava falhando em termos de conteúdo, disciplina, carga horária (EA).

A integração do curso acontece com a biblioteca no momento em que a solicitação dos materiais é realizada via sistema, não há a participação do bibliotecário no processo de elaboração e atualização dos PPC (EC).

Na opinião dos professores, coletada através dos questionários, existe a confirmação do relato dos coordenadores sobre a participação da biblioteca na concepção e atualização do PPC, apresentando um percentual de 29% para a escala de discordo plenamente; 19% para indiferente; e 29 % para concordo plenamente.

Quadro 11 – Opinião dos professores sobre a participação da biblioteca na concepção e atualização do PPC.

ESCALA (LIKERT)	(%)
<i>Discordo plenamente</i>	29,0
<i>Discordo em parte</i>	9,7
<i>Indiferente</i>	19,4
<i>Concordo em parte</i>	9,7
<i>Concordo plenamente</i>	29,0
<i>Total</i>	96,8

Fonte: Dados da pesquisa.

Na análise, identifica-se que os departamentos apresentam uma baixa interação com a biblioteca na busca das condições de infraestrutura necessárias ao funcionamento dos cursos no procedimento de concepção e atualização do acervo.

Buscou-se identificar o conhecimento da Política de Desenvolvimento de Coleções, documento solicitado ao curso quando do recebimento das avaliações externas e utilizado pela biblioteca para desenvolver as coleções existentes institucionalmente, sendo, portanto, uma das políticas institucionais necessárias ao desenvolvimento do processo de avaliação institucional e ao desenvolvimento das coleções.

Para identificação do procedimento dos cursos com a biblioteca, foi questionado se coordenadores e professores tinham conhecimento da política institucional de desenvolvimento de coleções.

Quando questionados sobre a política de desenvolvimento do acervo, os coordenadores de três cursos informaram que é desconhecida por todos. As respostas foram simples e curtas utilizando apenas “não” ou mesmo um gestual de negativa durante a entrevista. Apenas o coordenador do Curso B aponta haver em seu curso algum conhecimento dessa política quando menciona: “*Eu não conheço, mas alguns professores conhecem bem, eu conheço pouco*” (Curso B).

Esse desconhecimento é evidenciado pelos professores através dos questionários quando respondem sobre o mesmo conhecimento e o uso da política de desenvolvimento de coleções dos materiais.

Quadro 12 – Opinião dos professores sobre o conhecimento da política de desenvolvimento de coleções

Escala (LIKERT)	(%)
<i>Discordo plenamente</i>	9,7
<i>Discordo em parte</i>	16,1
<i>Indiferente</i>	25,8
<i>Concordo em parte</i>	25,8
<i>Concordo plenamente</i>	19,4
<i>Total</i>	96,8

Fonte: Dados da pesquisa

Os professores mantêm a afirmativa de desconhecimento da política, pois as indicações de opinião dessa população apresentam um percentual de 25, 8% para Indiferente; 16,1 % para discordo em parte; 9,7 para discordo plenamente; 25,8% para concordo em parte; e 19,4% para concordo plenamente. Esses números evidenciam que 51,6 %, a maior parte desse grupo, discordam em parte ou plenamente ou está indiferente à existência da política de desenvolvimento de coleções e seu uso.

A direção da biblioteca relata que o instrumento existe apenas no âmbito da biblioteca, mas que todas as vezes que o curso recebe uma visita da comissão de avaliação e é solicitado a apresentar esse documento, a coordenação de curso recebe uma cópia encaminhada pela biblioteca que é apresentada à comissão

avaliadora e reforçada na explicitação dos procedimentos utilizados pela biblioteca na visita *in loco* para desenvolver a coleção dos cursos (E5).

O trabalho de desenvolvimento de coleções é um trabalho de planejamento que exige comprometimento com metodologias. E, como se observou ao logo deste trabalho, não se trata de um processo estático, pois é afetado por muitos fatores e interesses, sendo ininterrupto, de forma que não se pode indicar seu começo ou fim.

Sua importância está em contribuir para o alcance dos objetivos da biblioteca e da instituição à qual pertence, caracterizando-se como sistêmico, pois define os responsáveis pelo desenvolvimento da coleção, o processo utilizado na instituição, o subsídio e a comunidade que vai ser atendida.

Corroborando o pensamento de Vergueiro (1989), o erro comum que ocorre nas instituições e seus responsáveis é que esse processo é tratado como uma sequência de atividades de seleção e aquisição que ocorrem de forma independente, o que fragiliza o potencial institucional e perde a garantia única de sua efetividade. Outro fator problematizador é que em muitos casos as instituições encontram dificuldades para colocar em termos claros o que desejam alcançar e sob que critérios norteiam os seus procedimentos, em suma, falta, muitas vezes, uma visão da coleção como um todo. O que felizmente é algo sanável se for utilizada a política de desenvolvimento de coleções, pois é ela que define quem será atendido pela coleção, quais os parâmetros gerais da mesma e com que critérios ela se desenvolverá.

Nesse aspecto, é fundamental a existência de um documento cuja institucionalização seja uma política da instituição, como menciona a literatura, de forma que no seu processo de avaliação a opinião dos professores sobre os critérios que utilizam na seleção e indicação das bibliografias reflitam esse documento.

A institucionalização desse processo será oportunizada pela inserção desse documento no PPI e sua utilização nas relações a serem construídas entre os cursos e a biblioteca no processo de concepção e atualização dos PPC.

A utilização da política de desenvolvimento de coleções na concepção dos PPC implica melhor direcionamento e sucesso na aquisição das obras indicadas pelos professores para apoio pedagógico da biblioteca e cumprimento de sua função na instituição (BRASIL, 2009; VERGUEIRO, 2010).

Os professores foram questionados sobre o uso dos critérios utilizados nas indicações realizadas nas bibliografias recomendadas, apontando concordância ao

uso dos critérios questionados, possibilitando conhecer alguns dos critérios mais utilizados nesses cursos pelos professores.

Quadro 13 – Critérios de atualização do acervo.

Escala (Likert)	Autoridade	Atualização	Relevância da Obra	Quantidade Exemplares	Idioma
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
<i>Discordo plenamente</i>	-	3,2	-	12,9	3,2
<i>Discordo em parte</i>	3,2	6,5	-	-	3,2
<i>Indiferente</i>	29,0	25,8	29,0	19,4	32,3
<i>Concordo em parte</i>	29,0	12,9	32,3	22,6	19,4
<i>Concordo plenamente</i>	32,3	45,2	32,3	38,7	35,5
Total	93,5	93,5	93,5	93,5	93,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Autoridade (61,3%), Atualização da obra (58,1%), Relevância da obra (64,6%), Adequação do idioma na língua vernácula (54,9%) e Quantidade de exemplares (61,3%) são critérios utilizados e apontados como de maior relevância na opinião dos professores estando todos em nível de concordância significativo. Isso sugere que esses critérios podem ser incluídos ou reforçados na política de desenvolvimento de coleções. O critério com referência ao valor da obra alcançou percentual de 58,1 % na escala de indiferença para o uso na indicação da obra nas ementas das disciplinas do curso, apontando que o custo, ou seja, o orçamento destinado é o último critério utilizado.

Nota-se o uso de critérios que fundamentam a seleção dos materiais indicados pelos professores, que também são utilizados pelo NIB, mas que estão presentes informalmente na instituição, reforçando a necessidade de institucionalizar a prática desenvolvida e consolidar os esforços existentes. Para isso, é preciso que

haja a institucionalização do documento utilizado na biblioteca, tornando-o uma política pedagógica institucional.

Essa necessidade está presente nas recomendações da avaliação do curso, quando a “[...] comissão diz que é do parecer que mecanismos de ampliação e constante atualização do acervo sejam criados e implementados” (INEP, Curso A, 2010, p. 11).

Os coordenadores reconhecem como necessária a participação da biblioteca, pois ela é mencionada como essencial, principalmente no que diz respeito ao uso dos serviços de busca e pesquisa, destacados pela coordenadora do Curso C. Esta coordenadora considera que “*nem sempre é tão fácil para o aluno*” e aponta a biblioteca como apoio essencial quando demonstra preocupação com a ausência da participação da biblioteca nesse processo (EC).

A biblioteca para qualquer universidade é importante, lógico, desde que ela seja uma biblioteca atualizada, desde que sejam adquiridos os livros solicitados, desde que haja livros em que o estudante possa pesquisar, lógico. Nenhuma universidade pode existir sem uma boa biblioteca (EB).

É fundamental. Uma universidade que não tem biblioteca, como é que os alunos irão pesquisar, se existe toda uma preocupação com a fundamentação teórica usada pelos professores, então, se eles repassam alguma coisa é através dos livros, os alunos, os professores, eles buscam de uma forma objetiva retirando dos livros para os alunos. E isso a gente esclarece, nem tudo que tem nos livros o professor consegue dar, e aí, é claro, a bibliografia é para atender aos programas, para eles darem continuidade com a pesquisa. E para eles, a gente sempre coloca monografias, projetos de pesquisa, no PIBID, grupos de estudos e tudo isso a gente vai buscar aonde cientificamente nos livros, então, a biblioteca é fundamental (EC).

A importância está em possuir o material, pois o aluno que vai à biblioteca, ele está estudando o instrumento dele, ele que ouvir a música, a biblioteca tem a partitura e o CD, para ouvi-lo precisa de uma salinha com o som. A necessidade do aluno de artes está além de sentar para ler um livro (ED).

A articulação do processo de concepção e atualização do PPC é urgente e necessária para o cumprimento dos procedimentos, pois o Curso D demonstra, na concepção do PPC do curso, um procedimento inesperado, uma vez que a concepção do projeto pedagógico traduz a da universidade e a da biblioteca através dos materiais a serem adquiridos para serem disponibilizados aos alunos,

construindo um acervo próprio para o curso, mesmo que possua materiais interdisciplinares.

Bom o curso é de 2007, recente. O acervo da biblioteca central é considerado bom e não necessariamente ele veio pela concepção do projeto político pedagógico do curso de música. O que aconteceu: a gente fez um levantamento dos livros de música que a biblioteca central dispõe e a gente repassa isso para todos os professores para que eles possam estar contemplando com o material na disciplina, colocar o material que já tem na biblioteca central, então, na verdade, é isso. Então, quem atende com pouquíssimos materiais é a biblioteca setorial de artes que é um projeto de extensão (ED).

O entrevistado A evidencia a preocupação institucional em articular e integrar as ações quando menciona que na última reunião institucional houve um momento para a discussão da importância da integração da biblioteca nos procedimentos utilizados nos cursos e, portanto, o conhecimento das coordenações sobre a necessidade de participação do agente da biblioteca.

Estivemos participando de uma reunião na PROEN para falar de vários assuntos de graduação e eu lembro que uma das questões levantadas foi essa, que o procurador institucional tocou nessa questão (EA).

Quanto aos procedimentos realizados pelo curso para a qualificação dos acervos é fundamental a participação do Núcleo Docente Estruturante (NDE), fato que também foi questionado aos coordenadores, pois esse núcleo é responsável pelo processo de concepção e atualização dos PPC nos cursos de graduação, integrando como ação necessária para a contínua a qualificação do curso.

As ações voltadas para o PPC são realizadas por um grupo de professores responsáveis pela formulação do Projeto do Curso, sua implementação e seu desenvolvimento, sendo que do ponto de vista avaliativo trata-se de um procedimento que visa contribuir para a melhora do processo de concepção e implementação do PPC, mas também para o seu desenvolvimento permanente objetivando sua consolidação (CONAES, 2010).

Os coordenadores relatam que os quatro cursos têm, atualmente, a necessidade de atualização e ou pendências na atualização dos projetos:

Estamos passando por um processo de reestruturação do projeto. Então a partir daí serão solicitados novos títulos de algumas

disciplinas e suprimidos outros, pois estamos sugerindo a inclusão de algumas disciplinas e exclusão de outras. Vai ser pedido (EB).

Para ser muito honesto, o nosso projeto precisa de uma reavaliação e as nossas bibliografias que constam no projeto nem todas são reavaliadas, podem até ter exemplares na biblioteca, inclusive acho que na verdade todas têm, mas a dinâmica disso nos leva, por exemplo, na disciplina que eu ministro, eu não uso mais a bibliografia que eu tenho lá [...] (EA).

Então estamos trocando algumas disciplinas práticas para os primeiros períodos e deixar as teóricas mais pra trás, então, essa reformulação nós vamos aproveitar a avaliação e solicitar junto ao NDE esse cumprimento, porque, na verdade, precisamos estar reformulando o PPC, que está desatualizado e é esse ano que iremos fazer isso, então, está pendente (EC).

O coordenador do curso fica sobrecarregado, pois concentra as funções do NDE de atualização do PPC. Mas acredito que isto poderia ser resolvido com o diálogo, acho que falta tanto da parte da biblioteca quanto do curso (ED).

Os professores, quando questionados sobre o desenvolvimento das ações realizadas pelo NDE em relação à função de atualização do PPC, demonstram que 29% concordam plenamente e outros 29% concordam em parte; 22,6% afirmam indiferença ao assunto; e 6,5 discordam em parte; já 9,7% discordam plenamente quanto à efetivação da atualização do PPC.

Quadro 14 – Opinião dos professores quanto à função do NDE.

Escala (LIKERT)	(%)
<i>Discordo plenamente</i>	9,7
<i>Discordo em parte</i>	6,5
<i>Indiferente</i>	22,6
<i>Concordo em parte</i>	29,0
<i>Concordo plenamente</i>	29,0
<i>Total</i>	96,8

Fonte: Dados da pesquisa.

A função do NDE encontra-se na portaria normativa do NDE, a qual determina que um bom curso de graduação tem alguns membros do seu corpo docente que

ajudam a construir a sua identidade, reconhecendo que a educação se faz com pessoas e que há em todo grupo social um processo de liderança que está além dos cargos instituídos, que torna-se a alma do curso. Em outras palavras, trata-se de um núcleo docente estruturante que atua na busca da consolidação e na constante atualização do projeto pedagógico do curso, evitando com isso que o PPC seja uma peça meramente documental (CONAES, 2010).

Portanto, o pleno desenvolvimento dos procedimentos de qualificação do acervo no âmbito dos cursos está refletido na demanda contínua dos coordenadores, que precisam articular os pedidos de atualização das bibliografias que posteriormente são consolidadas pelo NDE no PPC, e em seguida solicitadas administrativamente à biblioteca para aquisição. E isso pode gerar uma sobrecarga nas atribuições dos coordenadores – como observado nos relatos –, mas reforça a ideia da sua centralidade como agente integrador tanto interna quanto externamente ao curso.

O coordenador do curso é um professor que exerce a importante função de fazer os fluxos não serem interrompidos. Essa visão esclarece que o trabalho de coordenação de curso não pode ser confundido com o papel do NDE, sendo que ambos podem ser realizados pelas mesmas pessoas, mas normalmente não o são e isso enriquece o processo. A articulação do trabalho do coordenador com o NDE é um bom indicador de qualidade de um curso de graduação e um elemento de diferenciação quanto ao comprometimento da instituição com um bom padrão acadêmico (CONAES, 2010).

4.3 Quanto aos procedimentos utilizados no âmbito da biblioteca para a qualificação do acervo

A biblioteca tem a função de adquirir os materiais indicados pelos professores que assumem a responsabilidade da seleção dos materiais. Quando questionada sobre os procedimentos de qualificação do acervo no âmbito da biblioteca a direção relata que:

Todos os cursos utilizam os ciclos de sugestão para indicar as atualizações dos materiais, e o atendimento das bibliografias, no entanto não é observado na biblioteca os quantitativos, sendo os materiais adquiridos em plena concordância com a indicação dos professores (E5).

Os coordenadores são unânimes quanto ao uso das solicitações das indicações através do Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Acadêmica (SIGAA) utilizada pelo NIB desde a implantação desse sistema no ano de 2011.

Em todos os cursos, o procedimento de encaminhamento utilizado para a aquisição da bibliografia é realizado através da abertura de ciclos de sugestões. Foi observado pelos relatos que a ação é conhecida por todos na comunidade acadêmica, sendo utilizada em todos os cursos pesquisados.

Acontece o seguinte, o nosso curso, sempre que a biblioteca faz solicitação (regular de títulos), é sempre pedido aos professores que eles atualizem com títulos novos. Os professores fazem esta solicitação nos períodos que a biblioteca manda pra gente, que se indiquem novos títulos a ser comprados [...].

Na época que a comissão do MEC esteve aqui, que eu tive o cuidado de ir à biblioteca para conferir os títulos, eles estavam na bibliografia básica e complementar em números suficientes, toda a bibliografia, tinham na biblioteca (EB).

Todos os professores fazem a indicação da bibliografia a ser adquirida, via de regra, no entanto, nem sempre essa atualização vai conter no projeto. Na verdade, é isso, vai nessa direção, a questão é que a reformulação de projeto, de bibliografias, eu não sei se a gente teria tanta flexibilidade de mudar isso de uma hora pra outra, se não mudando a estrutura geral do projeto, trocando em miúdos, se nós não fizermos um novo projeto, porque pra muito dos colegas isso é uma questão estrutural, começa aqui, vai na PROEN e volta para cá, para outras pessoas não, isso pode ser decidido inclusive em colegiado, mas isso nunca ficou bem esclarecido. Então o que a gente faz, nessa história toda e que foi sugerido na reunião já que nós temos o projeto em questão e o projeto não pode ser mudado a qualquer hora e a qualquer momento é que essa bibliografia, que a gente sugere e que, às vezes, nem está lá contemplada na ementa no projeto, é que a gente poderia colocar como bibliografia auxiliar (EA).

Toda vez que a biblioteca se manifesta no sentido de pedir sugestão de livros, os professores do curso fazem questão de pelo menos tentar sugerir as renovações, vamos dizer assim (EC).

Quando abre no sistema a solicitação de bibliografia, aí, eu peguei todas as disciplinas do curso e fiz uma lista grande (ED).

No relato do coordenador do Curso A, pode-se observar que as bibliografias indicadas pelos professores são direcionadas para a biblioteca através do SIGAA, no entanto, ele não confirma se essas indicações são plenamente atualizadas no PPC do curso. Esse coordenador aponta inclusive que a bibliografia utilizada na sua

disciplina não está mais contemplada no projeto, pois já foram realizadas novas indicações na ementa.

Assim, observa-se que as atualizações das bibliografias são constantes. Contudo isso não se reflete no projeto do curso, uma vez que, após a sua aprovação, as alterações realizadas e indicadas pelos professores em sala de aula não são atualizadas no PPC, ou seja, as alterações ocorrem apenas na prática do professor, mas não na documentação do curso.

Há também alterações curriculares como oferta de vagas, inclusão, exclusão de disciplinas, que implicam alterações nas indicações das bibliografias e seus quantitativos. Assim, é necessária uma ação contínua no âmbito do curso (PPC) e posteriormente a comunicação com a biblioteca sobre as novas informações aprovadas no projeto.

Os docentes quando questionados se reconhecem os ciclos de sugestões como procedimento utilizado pela biblioteca para atualização do acervo, obteve-se que 32,3% concordam em parte; 19,4% concordam plenamente; e que 25,8% são indiferentes aos procedimentos utilizados.

Quadro 15 – Opinião dos docentes quanto ao uso do SIGAA para indicar as novas bibliografias.

Escala (LIKERT)	(%)
<i>Discordo plenamente</i>	9,7
<i>Discordo em parte</i>	9,7
<i>Indiferente</i>	25,8
<i>Concordo em parte</i>	32,3
<i>Concordo plenamente</i>	19,4
<i>Total</i>	96,8

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apontam que os coordenadores e professores utilizam e conhecem os procedimentos da biblioteca para captação das sugestões utilizadas nos cursos, o que dá credibilidade ao procedimento utilizado pela biblioteca.

Desse modo, ao longo das questões, o que se percebe nos procedimentos de qualificação do acervo entre os cursos pesquisados e a biblioteca é que os procedimentos utilizados no âmbito do curso não são desenvolvidos plenamente no

processo de concepção do projeto do curso, atendendo a etapa regulatória de sua aprovação, mas que ainda é necessária uma ação de consolidação da função junto ao curso.

Outro fator observado no âmbito do curso nos procedimentos de qualificação do acervo e nos procedimentos de uso do ciclo de sugestões quanto às bibliografias constantes no PPC e suas atualizações é a não identificação do responsável no encaminhamento das bibliografias para aquisição.

Atualmente, existe a responsabilidade do coordenador do curso, mas conclui-se que cada professor realiza sua indicação, o que não necessariamente garante o atendimento do que está constando no projeto aprovado. Acrescenta-se ainda que no âmbito do curso não há a participação da biblioteca, o que cria uma fragmentação no processo de seleção dos materiais indicados, pois nem toda sugestão constante no documento do curso estará disponível para aquisição. Isso ocorre pela ausência do profissional bibliotecário na seleção dos materiais, pois este realiza a pesquisa editorial antes da efetivação no documento oficial de seus respectivos quantitativos.

Essa informação denota claramente que após aprovação do PPC para funcionamento do curso, ele é encaminhado através das coordenações e dos professores individualmente para providências e cumprimento das exigências legais. Contudo, no que diz respeito às atualizações de acervo e o seu pleno desenvolvimento, as atribuições de responsabilidade ainda não estão bem definidas no âmbito do curso, uma vez que os professores acreditam no envio pelo coordenador e o coordenador acredita no envio pelos professores. Isso certamente causa lacunas no cumprimento das exigências da biblioteca, pois esta precisa estar ciente das alterações e recebê-las para cumprir sua função nesse processo.

No tocante aos fatos identificados nos procedimentos desenvolvidos, é preciso entender que essas atividades são importantes para a qualidade do ensino superior e devem se concretizar nas próprias instituições de forma contínua sem fragmentar os processos e procedimentos, contribuindo com o objetivo de melhoria dos seus sistemas de gestão e avaliação.

Portanto, a avaliação não é um processo meramente técnico e seu sucesso depende, em grande parte, do reconhecimento da legitimidade dos responsáveis por sua realização (DIAS SOBRINHO, 2000), neste caso, da participação da biblioteca no processo de seleção dos materiais a serem adquiridos.

Para que essas ações possam ser efetivadas, o Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB) é apresentado na estrutura da universidade como uma unidade suplementar responsável por dar suporte às atividades desenvolvidas pelos Centros Acadêmicos.

Os processos avaliativos precisam envolver o maior número de participantes, tanto na construção de seu projeto quanto na análise e no uso dos resultados, contribuindo para o desenvolvimento humano na instituição. Enquanto a avaliação estiver reduzida à avaliação externa, associada a mecanismos de regulação do sistema e quase sempre focada nos resultados, em detrimento dos processos universitários, a instituição perde a oportunidade de envolver os participantes na proposição de soluções que garantam a mudança institucional, sobretudo, quando a reflexão propiciada pela avaliação busca seus aspectos mais sistêmicos para a superação dos problemas. Por outro lado, a avaliação institucional interna, validada por agentes externos, presta-se a ser um agente de mudança e aprendizagem institucional, desde que garanta a participação coletiva.

Nos dados apresentados, existem fragmentações no processo de qualificação dos acervos no âmbito do curso e na biblioteca. Esses fatores têm implicações no processo final através de uma avaliação pouco satisfatória para a biblioteca, pois embora o processo seja integrado, os indicadores do acervo apresentados refletem conceitos recebidos nas avaliações realizadas nas informações contidas no projeto político pedagógico do curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de identificar os procedimentos dos cursos na qualificação dos acervos na avaliação externa fundamentou-se na importância de se conhecerem as realidades vivenciadas pelos sujeitos no processo realizado na IFES. Os procedimentos e opiniões e utilizados no âmbito de cada curso e na biblioteca foram identificados através dos coordenadores dos cursos, da diretora da biblioteca e dos professores.

A pesquisa se mostrou complexa devido à aplicação de dois instrumentos de investigação, um instrumento quantitativo e outro qualitativo, a quatro cursos de graduação, tornando a abrangência das coletas extensa.

A análise do panorama das avaliações dos cursos de graduação mostra que esses cursos, em geral, se apresentam com conceituação apenas suficiente, quando não insatisfatória para os procedimentos regulatórios e avaliativos nos processos de reconhecimento de cursos. Isso foi evidenciado em um olhar mais específico proposto pela pesquisa, em referência à qualificação dos acervos e aos indicadores da bibliografia.

A bibliografia básica no Curso A recebeu conceito máximo 5 indicando que é ofertado o mínimo de três bibliografias em quantidade suficiente à proporção de um exemplar para até seis alunos de cada turma. Os Cursos B, C e D obtiveram conceitos mínimos, pois atendem à mesma proporção de bibliografias em quantidade menor que a de um exemplar para até dez alunos.

A bibliografia complementar nos cursos A e D se apresentam, de acordo com os critérios de análise ao atendimento do acervo, com conceitos plenamente e suficientemente atendido em relação às indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas. Já os conceitos recebidos pelos cursos B e C caracterizam o não atendimento ao quantitativo mínimo necessário das bibliografias indicadas no projeto político do curso em conformidade aos requisitos contidos nos instrumentais de avaliação de cursos.

Os periódicos em análise no indicador que prevê a oferta de periódicos especializados, indexados e correntes de forma impressa ou informatizada obtiveram conceito máximo no Curso A, em virtude da abrangência dos periódicos apresentados nas principais áreas temáticas distribuídos nas áreas do curso nos

últimos três anos. Os Cursos B, C e D apresentam periódicos na abrangência nas principais áreas, sendo atualizados, mas a maioria está apenas com um ano da assinatura atualizada. Isso indica que o referido curso possui periódicos correntes indicados no PPC disponíveis por um período menor que três anos, não atendendo ao disposto para a qualificação mínima dos mesmos.

O uso do Portal de Periódicos da Capes pela instituição e a disponibilidade do acesso de forma local e remotamente é apontado favoravelmente na instituição.

A análise dos PPC pelos avaliadores e a análise documental evidenciam que as descrições da seleção das bibliografias são realizadas com a responsabilidade única dos professores, cabendo à biblioteca sua aquisição.

Em geral, observou-se que os cursos consideram a participação da biblioteca essencial e importante na universidade, corroborando com o apoio pedagógico que desenvolve através da disponibilização dos materiais informacionais enviados pelos cursos de graduação.

Contudo, a efetiva participação da biblioteca no procedimento de construção do PPC, fonte principal de consulta dos dados a serem observados e a serem considerados na avaliação dos cursos, ainda não é uma realidade.

Observa-se que nos procedimentos utilizados pelo curso, embora exista a atualização dos materiais informacionais e seja realizada a solicitação para aquisição, não houve atendimento pleno ao PPC em três cursos, o que se confirma nos indicadores e na análise do PPC.

Foi evidenciado também que o processo de seleção do material indicado nas bibliografias dos cursos tem sido realizado pelas coordenações dos cursos, juntamente com professores, mas sem a participação da biblioteca, ocasionando um processo de aquisição passível de equívocos e indisponibilidades.

Verificou-se que há desconhecimento da política de formação e desenvolvimento de coleções tanto por professores, quanto por coordenadores, de forma que a sua institucionalização é recomendável, uma vez que esse é o documento que traduz as prioridades dos cursos na formação da coleção da biblioteca universitária. Esse processo deve contar com a participação de toda a comunidade acadêmica que, tomando por base a política de formação e desenvolvimento de coleções, deverá planejar os títulos que irão compor as ementas das disciplinas, bem como os requisitos dispostos pelo MEC quanto ao

número mínimo de títulos, quantitativos e diferenciação do que é bibliografia básica e complementar ofertada por cada disciplina.

Sendo assim, essa política é um item extremamente relevante para o desenvolvimento de coleções e para a qualificação dos acervos, pois uma vez aprovada nos Conselhos Superiores e institucionalizada, ela irá compor as políticas institucionais e será amplamente conhecida por toda a instituição.

Portanto, torna-se essencial que a biblioteca leve essa política ao conhecimento da comunidade acadêmica através de sua institucionalização, pois assim estará cumprindo a missão e o objetivo da biblioteca universitária e assegurando os critérios utilizados no processo de seleção dos materiais a serem adquiridos como requisito das avaliações que é a apresentação da Política de Desenvolvimento de Coleção.

Nota-se, nesse sentido, a importância da biblioteca e do profissional bibliotecário na concepção e atualização do projeto político pedagógico dos cursos de graduação. A sua participação na identificação das fontes sugeridas pelo corpo docente em condições editoriais e de acordo com sua política de desenvolvimento de coleções permitirá melhor identificar o que está disponível para compra. Essas são competências bibliotecárias que contribuirão significativamente para um novo cenário de integração e satisfação sistêmica nessa IFES.

Assim, foram identificados os critérios de atualização das bibliografias mais utilizados pelos professores, em consonância com os requisitos biblioteconômicos, para integrarem a política de desenvolvimento de coleção que atualmente não está institucionalizada. A institucionalização desses critérios pode consolidar a prática dos cursos com um instrumento único de avaliação de cursos, atualizado em 2012, para compor a política como critério essencial para a IFES.

Nesse contexto, o resultado desta pesquisa pode ser considerado um ponto de partida, um início na construção de um novo caminho, um desafio a ser superado.

Os dados da pesquisa revelam que os procedimentos para a qualificação do acervo dos cursos não é, ainda, um processo sistemático de avaliação integrado ao processo de gestão acadêmica da Universidade. Não é vivenciado por todos os integrantes da instituição, encontrando-se fragmentado em três dos quatro cursos investigados que foram os avaliados nos últimos três anos. Isso revela que apenas um dos cursos investigados conquistou a integração necessária nos procedimentos

para a qualificação do acervo e conseqüentemente alcançou uma boa avaliação em todos os indicadores de avaliação do acervo no processo de reconhecimento de cursos.

Entende-se que o SINAES é um processo de avaliação e como tal possibilita o olhar externo através das comissões de avaliadores e interno nas instituições de ensino superior, oportunizando a identificação dos pontos frágeis que necessitam de melhorias, permitindo a qualificação dos seus procedimentos e a melhoria do ensino superior.

Ao término destas considerações finais, sugerem-se algumas contribuições com vistas à melhoria do processo de qualificação dos acervos dos cursos pesquisados:

- a) a inclusão dos PPC no Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Acadêmica – SIGAA da IFES, para o acompanhamento das atualizações realizadas no curso;
- b) institucionalização da Política de Desenvolvimento de Coleções como instrumento de apoio pedagógico institucional;
- c) participação da biblioteca na concepção e atualização das bibliografias sugeridas para compor o PPC efetivando os critérios existentes na Política de Desenvolvimento de Coleções e os instrumentos de avaliação como políticas correlatas;
- d) participação do NIB como membro da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da IFES;
- e) ampla divulgação das informações do SINAES na forma de documentos e de oficinas visando a uma aproximação da instituição dos objetivos da política educacional, buscando uma sintonia que terá um benefício comum em prol da educação superior; e
- f) adoção dos diferentes indicadores das três dimensões da avaliação de cursos pelas IES, como referências de qualidade, de forma a instrumentalizar a autoavaliação e o decorrente dos processos de planejamento e gestão acadêmica.

Muito embora o estudo esteja limitado ao campus central de um universidade e não envolveu o segmento alunos no processo de qualificação dos acervos por meio dos resultados levantados no questionário socioeconômico utilizado no

processo de avaliação ENADE, espera-se que o estudo apresentado nesta dissertação tenha alcançado os objetivos iniciais propostos contribuindo para ampliar o conhecimento institucional acerca dos processos de qualificação dos acervos dos cursos pesquisados, que incluem procedimentos no âmbito do curso e da biblioteca. Algumas questões surgiram e podem ser investigadas em estudos futuros, dentre as quais se destaca a análise dos padrões biblioteconômicos na atual estrutura do SINAES; o Projeto Político Pedagógico e os requisitos quanto ao acervo e periódicos especializados; bem como a avaliação do ensino superior e o seu impacto nas práticas bibliotecárias.

REFERÊNCIAS

BARREYRO, G. B. Do Provão ao SINAES: o processo de construção de um novo modelo de avaliação da educação superior. **Avaliação**: revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior - RAIES, Campinas, SP, v. 8, n. 4, p. 37-49, 2003.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília: Inep, 2008.

BELLONI, A função social da avaliação institucional. **Revista Avaliação**. Campinas. 1998, v. 3, n. 34, p.37-50.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). 35^a Ed. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2013. Disponível em:<

http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35_ed.pdf?sequence=26>. Acesso em: 27 ago. 2013.

BRASIL. Decreto Federal 5.773. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino**.

2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 3 set. 2013.

BRASIL. **Lei 10.861**. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. 2004. Disponível em: <<http://www.iff.edu.br/institucional/SINAES-sistema-nacional-de-avaliacao-institucional/SINAES-sistema-nacional-de-avaliacao-institucional/SINAES.pdf/view>> Acesso em: 15 mar. 2013.

BRASIL. **Lei 9.394**. Diretrizes e Bases da Educação (LDB). 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **História**. 2003. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=1175>. Acesso em: 25 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 4 de 5 de agosto de 2008**. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar dos cursos superiores. Diário Oficial da União, Brasília, 6 ago. 2008. Seção 1, p. 19.

CONAES. **Parecer CONAES Nº. 4**, de 17 de junho de 2010, sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1093&id=15712&option=com_content&view>. Acesso em: 18 nov. 2013.

CONAES. **Resolução Nº 01**, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1093&id=15712&option=com_content&view=article>. Acesso em: 18 nov. 2013.

BUARQUE, Cristovam. **A universidade numa encruzilhada**. Palestra apresentada na Conferência Mundial de Educação Superior + 5, UNESCO, Paris, 23-25 de junho de 2003. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133968por.pdf> Acesso em: 18. nov. 2013.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURI, Luiz Roberto Liza. **O paroxismo da qualidade: avaliação da educação superior no Brasil**. Campinas, SP: 2011. 272 fl. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2011.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): DO PROVÃO AO SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010

GARCIA, Marta Fernandes; ESPINDOLA, Adriana Andrade; SORDI, Mara Regina Lemes de. Processo de implementação do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: contradições, tensões e possibilidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. V. 6, n. 3, 2011. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/4998>. Acesso em 18 nov. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIOLO, J. Sinaes intermitentes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n.3, p. 851 – 856, nov. 2008. Disponível em:<<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=288&path%5B%5D=289>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

INEP. **Orientações Gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições.** 2004.

INEP. **Sinopse da Educação Superior Brasileira.** 2011. Disponível em: <<http://www.mec.inep.com.br>>. Acesso em: 10 set. 2013.

INEP. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES):** da concepção à regulamentação. 5. ed., revisada e ampliada – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ‘Anísio Teixeira’. **Cálculo do Conceito Preliminar de Curso CPC.** Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?id...o...conceito-preliminar-de-curso...>. Acesso em 18 nov. 2013.

INEP. **Relatório de Avaliação de reconhecimento do curso de administração.** Brasília, 2010.

INEP. **Relatório de Avaliação de reconhecimento do curso de engenharia química.** Brasília, 2010.

INEP. **Relatório de Avaliação de reconhecimento do curso de música.** Brasília, 2012.

INEP. **Relatório de Avaliação de reconhecimento do curso de teatro.** Brasília, 2011.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária:** grupo de foco. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing:** Uma Orientação Aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. Disponível em: <<https://online.minhabiblioteca.com.br/books/9788540700628>>. Acesso em: 23 jun 2014

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEA, Liliâne Gontan Timm Della; SCHUCH JUNIOR ;Vitor Francisco; GOMES, Clandia Maffini. A autoavaliação da demanda por internacionalização dos programas de pós-graduação: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. In:II CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU, 2011, Florianópolis, **Anais eletrônicos** ...Florianópolis dez. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/1234567895.17.pdf?...1>>. Acesso em: 16 set. 2013

MIRANDA. Ana Claudia Carvalho de. Desenvolvimento de Coleções em bibliotecas universitárias. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n.2, p. 1- 19, jan./jun, 2007.

OLIVEIRA, Leila Rabello de. **Biblioteca Universitária**: uma análise sobre os padrões de qualidade atribuídos pelo Ministério da Educação. 2004. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SCHUC JUNIOR, Francisco Vitor. **Educação e Universidade**: raízes históricas e situação Brasileira. Santa Maria/RS, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. O “conceito preliminar” e as boas práticas de avaliação do ensino superior. **ABMES**, Brasília, DF, v. 26, n. 38, p. 9 - 32 , nov. 2008. Disponível em: <<http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/Estudos38.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2014.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>. Acesso em 16 set. 2013.

_____. Avaliação quantitativa, avaliação qualitativa: interações e ênfase. In: SGUISSARDI *et al.* **Avaliação universitária em questão**: reformas do estado e da educação superior. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SOUZA, S.C. de; MANOEL, V. de A. Praticando acessibilidade comunicacional: cooperação entre biblioteca universitária e programa de promoção de acessibilidade. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.13, n.1, jan./jun., 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 2007.

WEITZEL, Simone da R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

UFMA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012 – 2016**. São Luís, 2011.

UFMA. **Plano Pedagógico Institucional 2011 – 2016**. São Luís, 2011.

UFMA. **Relatório de Avaliação Institucional 2012**. São Luís, 2013.

UFMA. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Projeto Pedagógico Curso Administração**, 2006.

UFMA. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Projeto Pedagógico Curso Engenharia Química**, 2006.

UFMA. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Projeto Pedagógico Curso Teatro**, 2007.

UFMA. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Projeto Pedagógico Curso Música**, 2009.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 3. ed. Brasília: Brinquet de Lemos.2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e método. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro do Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

[Editar este formulário](#)

Questionário de Avaliação do Nível do Relacionamento entre Cursos de Graduação e a Biblioteca no processo de Avaliação Externa.

Este questionário visa identificar o nível de relacionamento entre o curso avaliado e a biblioteca através dos procedimentos utilizados para a atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos com referência aos indicadores de bibliografias básica, complementar e de periódicos com a finalidade de melhoria dos processos.

*Obrigatório

1. Perfil *

Qual o seu curso?

- Engenharia Química
- Administração
- Teatro
- Música

Qual seu vínculo com o Curso? *

- Estatutário DE
- Estatutário 40h
- Professor Substituto
- Outro:

Quantos anos você possui de vínculo institucional? *

- Menos de 5 anos
- De 5 a 10 anos
- Acima de 10 anos

A quantos anos você ministra a disciplina? *

- Menos de 5 anos
- De 5 a 10 anos
- Acima de 10 anos

Gênero *

- Feminino
- Masculino

Faixa Etária *

- até 25 anos
- de 26 a 35 anos
- de 36 a 45 anos
- de 46 a 55 anos
- de 56 a 65 anos

mais de 65 anos

Para responder as questões seguintes utilize a seguinte escala :

[1] Discordo Plenamente, [2] Discordo em parte, [3] Indiferente, [4] Concordo em parte, [5] Concordo Plenamente

2. Opinião sobre atualização do PPC *

Na elaboração/atualização dos PPC a biblioteca é convidada a participar do processo.

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente

A atualização realizada pelas disciplinas (planos de ensino) é efetivada no PPC. *

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente

O Núcleo Docente Estruturante realiza a atualização periódica do PPC. *

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente

A coordenação do curso é atuante na atualização dos PPC. *

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente

O PPC atualizado é encaminhado à biblioteca para aquisição. *

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente

3. Opinião sobre os procedimentos do curso quanto à atualização do acervo (livros). *

Os docentes usam os ciclos de sugestões para encaminhar a bibliografia atualizada dos planos de ensino.

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente

Curso para a aquisição pela biblioteca. *

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente**O curso conhece [a Política de] Seleção e Aquisição dos materiais informacionais do Núcleo Integrado de Bibliotecas. ***

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente**4. Opinião sobre o grau de importância dos critérios de atualização do acervo. ***

Adequação da obra a disciplina Autoridade.

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente**Quanto a Atualização. ***

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente**Relevância da obra. ***

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plênamente**Adequação do idioma vernáculo (língua). ***

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente

5. Opinião sobre o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES e a biblioteca. *

Os critérios do SINAES quanto aos indicadores das bibliografias são conhecidos pelos professores.

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente

Os critérios do SINAES quanto aos indicadores do acervo são conhecidos pelo coordenador.

*

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente

Os critérios do SINAES quanto aos indicadores do acervo são conhecidos pelo Núcleo Docente Estruturante. *

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente

O curso encaminha para a biblioteca o relatório final da visita de avaliação para conhecimento e análise dos resultados. *

1 2 3 4 5

Discordo Plenamente Concordo Plenamente

Obrigada!



APÊNDICE B – Roteiro das entrevistas Coordenador Cursos/ Biblioteca

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

1. Como você avalia a relação dos Cursos com a Biblioteca nos seguintes pontos:
 - Construção do Projeto Político Pedagógico do Curso.
 - Atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos do Curso.
 - Importância da biblioteca para o curso.

2. Quais os procedimentos de atualização do acervo praticados pelo curso para o desenvolvimento dos Projetos Políticos Pedagógicos? Quais os setores responsáveis?

3. Qual a sua opinião quanto à atualização do acervo do curso?

4. Comente a integração do curso com a biblioteca para o alcance dos objetivos de qualificação do acervo? (Bibliografia básica, bibliografia complementar, e periódicos especializados) previstos no SINAES.

APENDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Título do estudo: Avaliação externa de cursos e a biblioteca universitária.

Pesquisador (es) responsável (is): Prof^o. Dr. Vitor Francisco Schuch Junior e Regycléia Botelho Cutrim Alves.

Instituição / Departamento: UFSM – Centro de Ciências Sociais e Humanas

Telefone para contato: (55) 3220-9297

Local da coleta de dados: UFMA

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “Avaliação externa de curso de graduação e os procedimentos de qualificação dos acervos em uma Instituição Federal de Ensino Superior” que tem por objetivo analisar as relações da biblioteca universitária com os cursos de graduação com vista à avaliação externa dos cursos na UFMA e à qualificação do acervo.

Importante ressaltar que a atualização do acervo e sua qualificação estão intrinsecamente relacionados aos procedimentos e setores responsáveis por sua sugestão e aquisição e que o conhecimento de ambos no processo adotado na instituição é essencial para o alcance desse objetivo institucional.

Você, aceitando participar deste estudo, responderá a um questionário que mede a importância desse processo e seus procedimentos com fins a análise das relações existentes entre ambos.

Esses elementos servirão de ponto de partida para novas diretrizes nos procedimentos utilizados pelo Núcleo Integrado de Bibliotecas(NIB), que possibilitem o aperfeiçoamento destas relações e a realização de suas ações de forma integrada.

A participação nesta pesquisa é livre e voluntária. A identidade do participante permanecerá em sigilo durante toda a pesquisa e, especialmente, no momento da publicação dos resultados.

Todos os dados coletados ficarão armazenados junto ao Núcleo de Pesquisa em Administração (NUPEAD), sob a responsabilidade do Profº Dr Vitor Francisco Schuch Junior (pesquisador responsável), no Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, prédio 74 C, durante o período de 3 anos, estando à sua disposição a qualquer momento. Após este período, serão incinerados.

Eu, _____ (*nome do participante*),
ciente e após ter lido as informações acima, aceito participar desta pesquisa,
assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

São Luís-MA, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do participante _____

Assinatura do pesquisador responsável _____

Caso exista alguma consideração ou dúvida quanto à ética da pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM - Fone: (55) 3220 9362.
E-mail: comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br.

APÊNDICE D – TERMO DE CONFIABILIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Título do projeto: Avaliação externa de cursos e a biblioteca universitária

Pesquisador (es) responsável (is): Prof. Dr Vitor Francisco Schuc Junior e Regycleia Botelho Cutrim Alves.

Instituição / Departamento: UFSM – Centro de Ciências Sociais e Humanas

Telefone para contato: (55) 3220-9297

Local da coleta de dados: UFMA

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos respondentes cujos dados serão coletados na Universidade Federal do Maranhão por meio de um questionário estruturado. Concordam, igualmente, que essas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no NUPEAD (Núcleo de Pesquisa em Administração) situado na Av. Roraima nº 1.000, Prédio 74 C, sala nº 4205 – Cidade Universitária, UFSM. As informações serão armazenadas por um período de 5 anos sob a responsabilidade da Profº Pesquisador Vitor Francisco Schuc Junior. Após este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM e da UFMA em / /, com o número do CAAE

São Luís-MA, ____ de _____ de 2014.

Profº. DrºVitor Francisco Schuch Junior

APÊNDICE E – DECLARAÇÃO INSTITUCIONAL DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.112, de 27/07/1966 - São Luís - Maranhão.

GABINETE DO REITOR

A U T O R I Z A Ç Ã O

Autorizamos a realização da pesquisa intitulada "*Avaliação Externa de Cursos e a Biblioteca Universitária*", relativa ao projeto de mestrado acadêmico em Administração de **Regycléia Botelho Cutrim Alves**, no Programa de Pós-Graduação em Administração-PPGA/UFMA com área de concentração em Gestão Organizacional e linha de pesquisa Sistema, Estruturas e Pessoas sob a orientação do Prof. Dr **Vitor Francisco Schuch Junior**.

O objetivo principal desta pesquisa é Analisar as relações da Biblioteca Universitária no processo de Avaliação Externa de Reconhecimento de Cursos de graduação na Universidade Federal do Maranhão/UFMA.

Conforme consta do projeto de pesquisa a unidade de análise é a Universidade Federal do Maranhão a partir da demandas do Núcleo Integrado de Bibliotecas/NIB e os sujeitos a serem pesquisados são coordenadores de cursos e a direção do NIB e como população os professores vinculados aos cursos pesquisados.

Sugerimos o encaminhamento ao Comitê de Ética para obtenção de autorização para a concretização da pesquisa referenciada.

São Luís (MA), 13 de novembro de 2013.

NATALINO SALGADO FILHO
Reitor

*A Universidade que cresce com
Inovação e Inclusão Social*

Centro Universitário de Açuanga - Prédio Marechal Cândido Rondon - Reféns
- Av. dos Partigueros, 1966 - São Luís/MA - CEP: 65065-080 -
Fone: (98) 3272-4307 - Fax: (98) 3272-8009 - Site: www.ufma.br - E-mail: reitoria@ufma.br

ANEXOS

ANEXO A – RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA

|



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Informações gerais da avaliação:

Protocolo: 200902948

Código MEC: 303786

**Código da
Avaliação:** 63502

**Ato
Regulatório:** Reconhecimento de Curso

**Categoria
Módulo:** Curso

Status: Finalizada

Instrumento: 136 - Instrumento de avaliação de reconhecimento dos cursos de graduação - Bacharelados e licenciatura

**Tipo de
Avaliação:** Avaliação de Regulação

Nome/Sigla da IES:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA

Endereço da IES:

CAMPUS DO BACANGA - AV. DOS PORTUGUESES, S/N BANCANGA. São Luís - MA.
CEP:64800-000

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

Engenharia Química

Informações da comissão:

**Nº de
Avaliadores:** 2

**Data de
Formação:** 13/08/2010 08:06:32

**Período de
Visita:** 15/09/2010 a 18/09/2010

Situação: Visita Concluída

Avaliadores "ad-hoc":

277.002.241-53 (Adilson José de Assis)

335.433.564-53 (Rogério Alexandre Alves de Melo) -> coordenador(a) da comissão

CONTEXTUALIZAÇÃO

Instituição:

A IES Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sediada na cidade de São Luís, Estado do



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Informações gerais da avaliação:**Protocolo:** 200902705**Código MEC:** 315573**Código da
Avaliação:** 82746**Ato
Regulatório:** Reconhecimento de Curso**Categoria
Módulo:** Curso**Status:** Finalizada**Instrumento:** 136-Instrumento de avaliação de reconhecimento dos cursos de graduação -
Bacharelados e licenciatura**Tipo de
Avaliação:** Avaliação de Regulação**Nome/Sigla da IES:**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA

Endereço da IES:6314 - CAMPUS DO BACANGA - AV. DOS PORTUGUESES, S/N BANCANGA. São Luís -
MA.

CEP:64800-000

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):~~Administração~~**Informações da comissão:****Nº de
Avaliadores:** 2**Data de
Formação:** 04/11/2010 09:13:49**Período de
Visita:** 01/12/2010 a 04/12/2010**Situação:** Visita Concluída**Avaliadores "ad-hoc":**

013.980.596-68 (Ivo Villani Marques)

991.229.798-91 (ALTINO MACHADO DOS ANJOS JUNIOR) -> coordenador(a) da comissão

CONTEXTUALIZAÇÃO

Instituição:

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO****Informações gerais da avaliação:****Protocolo:** 200902977**Código MEC:** 303727**Código da
Avaliação:** 63498**Ato
Regulatório:** Reconhecimento de Curso**Categoria
Módulo:** Curso**Status:** Finalizada**Instrumento:** 136-Instrumento de avaliação de reconhecimento dos cursos de graduação -
Bacharelados e licenciatura**Tipo de
Avaliação:** Avaliação de Regulação**Nome/Sigla da IES:**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA

Endereço da IES:6314 - CAMPUS DO BACANGA - AV. DOS PORTUGUESES, S/N BANCANGA. São Luís -
MA.

CEP:64800-000

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

Teatro

Informações da comissão:**Nº de
Avaliadores:** 2**Data de
Formação:** 27/06/2011 08:47:40**Período de
Visita:** 11/09/2011 a 14/09/2011**Situação:** Visita Concluída**Avaliadores "ad-hoc":**

130.166.877-04 (SOLANGE PIMENTEL CALDEIRA) -> coordenador(a) da comissão

844.494.627-34 (DOMINGOS SÁVIO FERREIRA DE OLIVEIRA)

CONTEXTUALIZAÇÃO**Instituição:**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO****Informações gerais da avaliação:****Protocolo:** 200903778**Código MEC:** 304203**Código da
Avaliação:** 63667**Ato
Regulatório:** Reconhecimento de Curso**Categoria
Módulo:** Curso**Status:** Finalizada**Instrumento:** 136-Instrumento de avaliação de reconhecimento dos cursos de graduação -
Bacharelados e licenciatura**Tipo de
Avaliação:** Avaliação de Regulação**Nome/Sigla da IES:**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA

Endereço da IES:6314 - CAMPUS DO BACANGA - AV. DOS PORTUGUESES, S/N BANCANGA. São Luís -
MA.

CEP:64800-000

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):~~Música~~**Informações da comissão:****Nº de
Avaliadores :** 2**Data de
Formação:** 11/09/2012 15:31:37**Período de
Visita:** 24/10/2012 a 27/10/2012**Situação:** Visita Concluída**Avaliadores "ad-hoc":**

ELIANE LEAO (10145982149) -> coordenador(a) da comissão

Valéria Lazaro de Carvalho (46752900787)

CONTEXTUALIZAÇÃO**Instituição:**